Maio/Junho 2014
Ano 9_nº64
www.quercus.pt
Distribuição gratuita

Quercus
AMBIENTE

UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO
PATRIMÓNIO E TERRITÓRIO

Páginas 10_11

ENTREVISTA A ADRIANA FLORET
PRESIDENTE DA APRUPP

Páginas 4_5

PARA ACABAR DE VEZ COM O PATRIMÓNIO (OU TALVEZ NÃO)

Página 7

SUPLEMENTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Páginas 15_18

Mecenas Principal

REN Redes Energéticas Nacionais

Mecenas Jornal

valorpneu

resilejo

QUERCUS E PLATAFORMA TRANSGÉNICOS FORA PEDEM AOS AUTARCAS QUE ABANDONEM USO DE HERBICIDAS

Direção Nacional

A QUERCUS e a Plataforma Transgénicos Fora (PTF), onde estão representadas as principais associações portuguesas de defesa do ambiente de âmbito nacional, endereçaram uma carta a todos os presidentes de Câmaras Municipais alertando para os riscos ambientais e de saúde, da aplicação de herbicidas em espaços urbanos, prática generalizada por todo o país.

Dário Cardador

Aplicação de herbicidas nas bermas das estradas

Nesta carta, a QUERCUS e a PTF destacaram o uso crescente e indiscriminado do herbicida glifosato, por ser este o mais usado em todo o mundo e o seu uso ter aumentado muito nos últimos anos devido à proliferação das culturas geneticamente modificadas (OGM) que passaram a resistir ao herbicida (quando antes da modificação genética morriam com ele). Na carta enviada, as duas organizações pedem que as Autarquias adiram à iniciativa "Autarquias Sem Glifosato", aproveitando a "Semana Internacional de Acção Contra os Pesticidas", que terminou a 30 de março, um evento internacional promovido pela PAN (Pesticide Action Network), que a Quercus integra, e onde se pretende que sejam desenvolvidas iniciativas para a redução do uso de pesticidas.
Relativamente ao uso dos herbicidas em espaços públicos, da responsabilidade das autarquias locais, a Quercus tem já alertado anteriormente para este problema, concretamente em ofícios enviados à Associação Nacional de Municípios Portugueses em 2012, mas infelizmente até ao momento a realidade não se alterou.

Riscos do glifosato

Em Portugal, está autorizada a comercialização de um herbicida à base de glifosato para usos urbanos, o SPASOR. O seu fabricante, a multinacional Monsanto, alega que é inócuo para insectos auxiliares, minhocas, abelhas e humanos e completa e rapidamente biodegradável na água e no solo. Possui ainda certificado de compatibilidade ambiental emitido pelo responsável pela comercialização em Portugal - a Manuquímica. Mas contrapondo a alegada inocuidade divulgada pelas empresas fabricantes e distribuidoras têm surgido cada vez mais estudos de cientistas não dependentes dessas empresas e publicados nas revistas científicas mundiais, reveladores das consequências gravosas para a saúde e para o ambiente, de vários herbicidas e em particular daqueles cuja substância ativa é o glifosato.
O glifosato atua nos animais como desregulador hormonal e cancerígeno, em doses muito baixas, que podem ser absorvidas nos alimentos e na água de consumo, supostamente "potável". Este herbicida tem ainda uma degradação suficientemente lenta para ser arrastado (pela água da chuva, da rega ou de lavagem, em conjunto com um resíduo também tóxico resultante da sua degradação), para a água, quer a superficial (rios, ribeiros, albufeiras e lagos), quer a subterrânea. Em França mais de metade das águas superficiais analisadas tinham resíduos de glifosato e/ou de AMPA, o seu metabolito tóxico.

Alternativas

Estas novas evidências científicas revelam que a avaliação toxicológica do glifosato e dos seus adjuvantes foi subavaliada pelas autoridades oficiais, em parte por se basearem apenas nos estudos apresentados pelas empresas fabricantes e espera-se que a sua utilização venha a ser revista. Por outro lado, a nova lei sobre o uso de pesticidas em Portugal (Lei n.º 26/2013, de 11 de Abril, que transpõe a Diretiva 2009/128/CE), contempla a aplicação destes produtos em espaço urbano apenas como o último recurso. Ainda assim e porque existem outros meios para combater as plantas infestantes, vulgo ervas, tais como os meios mecânicos, térmicos ou manuais e por vezes nem se justifica uma tão grande eliminação, pois as ervas têm diversas vantagens (protegem o solo, aumentam a biodiversidade), pede-se que seja abandonado o uso de herbicidas em espaços públicos.
A Quercus, com a colaboração da PTF, elaborou um documento que expõe mais detalhadamente os riscos ambientais e de saúde pública dos herbicidas (em especial do glifosato) e indica os principais meios alternativos não químicos. Poderá consultá-lo em: **www.quercus.pt/quimicos-substancias-quimicas/3034-controlo-de-plantas-infestantes-em-espacos-publicos.**

Manifesto de adesão "Autarquias Sem Glifosato"

Anexo à carta aos autarcas foi enviado junto o "Manifesto de adesão – Autarquia sem Glifosato", e ao lançamento público desta iniciativa agora, sucederá a divulgação pela primeira vez junto da comunicação social em Outubro de 2014 o registo público das autarquias subscritoras (municípios ou freguesias), através do qual a Quercus e a PTF realçam e mostram como exemplo a seguir os concelhos e freguesias cujos executivos se comprometeram a deixar de aplicar herbicidas sintéticos no controle de plantas infestantes em zonas de lazer, vias públicas e restantes espaços sob a sua responsabilidade.

ESCOTEIROS AJUDAM A CUIDAR DOS AZEREIROS NA SERRA DO AÇOR

Direção Nacional

No dia 16 de abril, a Associação de Escoteiros de Portugal ajudou a cuidar dos azereiros na Serra do Açor, numa atividade integrada no projeto de conservação dos azereirais - um habitat muito raro de proteção prioritária na União Europeia – o qual está a ser desenvolvido numa parceria que envolve a Quercus, a Junta de Freguesia de Fajão-Vidual (Pampilhosa da Serra) e a Danone Portugal.

Paulo Monteiro

Azereiro

Este projeto tem vindo a beneficiar o habitat, minimizando os fatores de ameaça que põem em risco a conservação do azereiral, nomeadamente a propagação dos incêndios florestais, a proliferação de espécies vegetais invasoras e outras espécies estranhas ao ecossistema, bem como potenciando a expansão do coberto florestal nativo, cujo desaparecimento provoca alterações do microclima local e regimes hídricos do solo e subsolo.

Entre as ações de gestão já desenvolvidas, estão a instalação de aceiros e a limpeza da vegetação arbustiva das orlas do habitat e a plantação de azereiros, em terrenos da Junta de Freguesia do Fajão-Vidual, situados nas encostas do vale do rio Ceira, um dos locais menos perturbados do país. Nos próximos anos será intensificada a plantação de azereiros e de outras espécies associadas ao mosaico (principalmente folhado, azevinho e medronheiro), bem como o controle de espécies invasoras e produção de informação sobre o habitat.

O Azereiro é uma espécie com uma área de distribuição restrita (essencialmente a Península Ibérica e pequenas populações em Marrocos e Sul de França), que se distribui por pequenas populações relíquia.
O interesse científico desta espécie deve-se, para além da sua raridade, também ao facto de ser uma espécie indicadora de comunidades relíquia da laurissilva continental pré-glaciar do Terciário, muito relevantes para a conservação da biodiversidade, nomeadamente de algumas espécies de musgos. Segundo vários autores, encontram-se na região Centro do nosso país, nomeadamente nas Serras do Açor, Lousã, Estrela e Alvelos, as maiores, mais significativas e bem conservadas populações de azereiro.

Calendário das Ações

Núcleo Regional do Porto

Maio

10 Limpeza das margens do rio Leça
10 Workshop - Mel na Culinária
10 Curso de Manutenção Sustentável de Relvados
17 Workshop de Plantas Aromáticas e Medicinais
17 Ação de Manutenção do troço de Rio Tinto
24 Workshop - Compotas Caseiras
31 Workshop - "Vamos construir um forno solar

Junho

14 "Barro: Água e Texturas"
14 Limpeza do Rio Leça
21 Viagens no Tempo
21 Ação de manutenção do troço do rio Tinto

Para mais informações: www.porto.quercus.pt

MACROSCÓPIO

Nuno Sequeira
Presidente da Direcção Nacional da Quercus

A FISCALIDADE VERDE

Com a publicação do Despacho n.º 1962/2014, que nomeou a Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde, o Governo deu início à revisão da fiscalidade ambiental e energética, através do desenvolvimento de mecanismos que permitam a internalização das externalidades ambientais. Tendo a Comissão nomeada a responsabilidade de formular propostas que contribuam para uma revisão global da fiscalidade ambiental e energética, é necessário nesta fase realçar alguns pontos para uma reflexão e um debate alargados sobre o Anteprojeto de Reforma da Fiscalidade Verde que, segundo os prazos definidos pelo Governo, estará concluído até ao final de Junho deste ano.

Não nos restam dúvidas que será muito positivo que se promova uma fiscalidade verde que estimule uma melhoria do desempenho ambiental dos cidadãos e das organizações. Contudo, será igualmente muito importante nesta reforma transmitir de um modo claro e pedagógico aos cidadãos os objectivos principais da mesma, assim como as suas medidas práticas em particular, pois no contexto social presente, de dificuldades económicas e de grandes sobretaxas em aplicação, caso a mensagem não passe de um modo correcto aos cidadãos e à sociedade, a Reforma arrisca-se a ser vista como mais um conjunto de sobretaxas a aplicar à população. Na eventualidade desta situação ocorrer, poderia existir uma reacção imediata de rejeição da Reforma por parte dos cidadãos, como já aconteceu em outros países, o que seria muito prejudicial a uma medida que tem como objectivo principal alterar comportamentos em prol do Ambiente, a nível global, e que deve ter um sentido positivo e uma boa aceitação por parte da sociedade.

Assim, e apesar de ter sido veiculado que a intenção do Governo era a de nortear-se pela lógica de uma "neutralidade fiscal", será fundamental que os cidadãos se apercebam que para além da compensação directa que existe ao nível dos benefícios para o Ambiente, mas que muitas vezes não é facilmente percepcionada nem imediata, existe também uma compensação financeira imediata que é atribuída às acções positivas, à semelhança do carácter imediato da aplicação da taxa. Para isso, torna-se fundamental que de uma forma geral se aplique um formato de benefício ou taxa reduzida para um comportamento/acção que incida sobre o mesmo item em análise.

Nesse sentido, áreas de estudo como a Agricultura e Alimentação, a Biodiversidade e a Conservação da Natureza, a Energia, os Recursos Hídricos, as Florestas e os Resíduos são fundamentais para se poder intervir ao nível das medidas que se pretendem implementar e espera-se que a Comissão nomeada possa até ao dia 15 de Setembro deste ano entregar ao Governo um Projecto de Reforma da Fiscalidade Verde que vá ao encontro daquilo que o País efectivamente necessita. Até lá, cabe-nos a todos participar na consulta e discussão pública que vão decorrer, de 30 de Junho a 15 de Agosto, e com a nossa participação mostrar qual o verdadeiro sentido que gostaríamos de dar a esta reforma.

José João Sá

SUBSCRITORES DA PLATAFORMA PELA FLORESTA EXIGEM REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI Nº 96/2013

Direcção Nacional

20 organizações e 15 subscritores em nome individual exigem aos organismos responsáveis que promovam todas as iniciativas necessárias para revogar o Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de Julho, considerando que o mesmo é um incentivo à perpetuação da situação de descontrolo e desordenamento existente neste momento na floresta portuguesa. Entre os subscritores estão organizações ambientalistas, associações profissionais de arquitetos paisagistas e bombeiros, agricultores e de industriais da floresta.
Segue abaixo e em anexo o documento constituinte da plataforma, assim como os seus subscritores.

PLATAFORMA PELA FLORESTA
Considerando que:
1. As florestas portuguesas necessitam de investimento racional e que garanta uma adaptação à variabilidade e alterações climáticas em curso, garantindo a viabilidade económica no médio e longo prazo;
2. As florestas portuguesas padecem de gravíssimos problemas de abandono, de falta de ordenamento territorial e de ocupação por espécies invasoras;
3. As florestas portuguesas sofrem ano após ano um nível de incêndios superior a qualquer outro país do Sul da Europa, com intoleráveis perdas humanas e gravíssimos custos sociais, ambientais e económicos;
4. As superfícies florestais portuguesas têm sofrido a massificação de uma espécie exótica, o Eucalyptus globulus, que ocupa hoje 26% do território florestal e 8,9% do território nacional, sem que tal tivesse sido planificado e, consequentemente, sem que tivessem sido avaliados os impactos dessa alteração na floresta;
5. O Decreto-Lei nº 96/2013, aprovado em Conselho de Ministros, não só não acautela nenhum dos problemas acima descritos como, por omissão, incentiva a perpetuação da situação de descontrolo e desordenamento que existe na floresta portuguesa;
6. A entrada em vigor deste decreto-lei põe em causa a viabilidade de longo prazo de parte significativa do território nacional, optando por incentivar a plantação de espécies de crescimento rápido e, simultaneamente, aumentar a dificuldade da aposta na florestação com espécies autóctones no país, o que incentivará por lei a reconfiguração radical da composição da floresta;
7. Apenas uma floresta diversa, ordenada e devidamente planificada de acordo com a aptidão ecológica do território pode ter resiliência ambiental e económica para um futuro que apenas os incautos e temerários poderão não considerar cheio de incertezas;

Os subscritores individuais e colectivos desta Plataforma pela Floresta exigem a todos os organismos responsáveis – Assembleia da República, Ministério da Agricultura e do Mar, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Ministério da Administração Interna – que promovam as iniciativas necessárias para garantir a revogação do Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de Julho, pela salvaguarda da sustentabilidade da floresta portuguesa.

Os subscritores
A Rocha Portugal – Associação Cristã de Estudo e Defesa do Ambiente
Acréscimo – Associação de Promoção ao Investimento Florestal
AIMMP – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
ALFA – Associação Lusitana de Fitossociologia
Almargem – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve
ANBP – Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
APAP – Associação Portuguesa de Arquitetos Paisagistas
APGVN – Associação Portuguesa de Guardas e Vigilantes da Natureza
BALADI – Federação Nacional dos Baldios
BALFLORA – Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
FAPAS – Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens
GAIA – Grupo de Acção e Intervenção Ambiental
GEOTA – Grupos de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente
Grupo Flamingo – Associação de Defesa do Ambiente
LPN – Liga para a Protecção da Natureza
Oikos – Cooperação e Desenvolvimento
Oikos Ambiente – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria
Quercus - ANCN – Associação Nacional para a Conservação da Natureza
SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Subscritores individuais
Boaventura de Sousa Santos, Professor Catedrático Jubilado – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Filipa Torres Manso, Professora do Departamento de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro
Filipe Duarte Santos, Professor Catedrático, Faculdade de Ciências – Universidade de Lisboa
Francisco Castro Rego, Professor Agregado, Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa
Francisco Louçã, Professor Catedrático, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa
Helena Freitas, Professora Catedrática, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra
João Bau, Investigador-Coordenador – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Jorge Capelo, Investigador, Vice-Presidente da Associação Lusitana de Fitossociologia
Jorge Paiva, Investigador Principal aposentado, Departamento de Botânica – Universidade de Coimbra
José Lima Santos, Professor do Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa
Luísa Schmidt, Investigadora, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa
Margarida Silva, Professora da Escola Superior de Biotecnologia (Porto) da Universidade Católica Portuguesa
Miguel Sequeira, Professor do Centro de Ciências da Vida, Universidade da Madeira
Tito Rosa, Engenheiro Agrónomo, Ex-Presidente do Instituto para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB)
Viriato Soromenho-Marques, Professor Catedrático, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa

ENTREVISTA

Ricardo Marques

a **Adriana Floret**
Presidente da direção da APRUPP

Adriana Floret
Presidente da direção da APRUPP
Sócia fundadora do Atelier Floret - Oficina de Arquitectura.
Assessora do Sistema de Certificação Ambiental de Edifícios LiderA.
Arquitecta licenciada desde 2000 pela Universidade Lusíada do Porto

"A REABILITAÇÃO URBANA É EM SI MESMA UMA PRÁTICA AMIGA DO AMBIENTE"

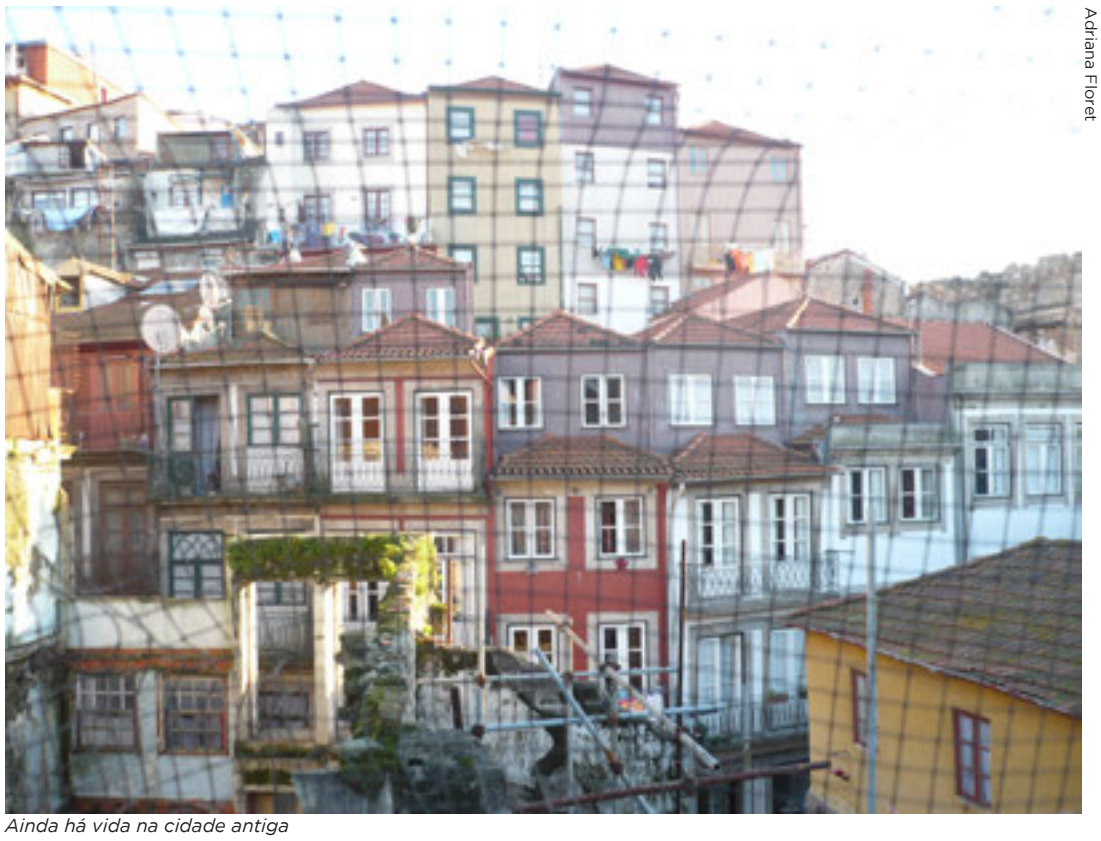
O que é a APRUP e porque foi criada?
A Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Proteção do Património (APRUPP) é uma organização sem fins lucrativos, constituída exclusivamente por pessoas individuais, ou seja, não se trata de uma associação de empresas. Desta coletividade, poderão fazer parte técnicos e especialistas do sector, mas também qualquer pessoa que se reveja nos objetivos e ações da associação, independentemente da sua formação, área de interesse ou atividade profissional, bastando para isso efetuar a inscrição.
A APRUPP foi criada há aproximadamente dois anos por alguns técnicos ligados à área de reabilitação com o intuito de promover e divulgar o conceito de reabilitação urbana como principal veículo para a salvaguarda da identidade e valorização do património construído, a redução das assimetrias sociais e a promoção da participação dos cidadãos, colaborar na preservação do edificado de interesse histórico e patrimonial, estudar, aperfeiçoar e divulgar as boas práticas da reabilitação urbana, apoiar a formação de técnicos e ainda desenvolver o intercâmbio nacional e internacional de práticas, saberes e conhecimentos no campo da reabilitação e da proteção do património.

Porque é que a reabilitação urbana é importante?
Se entendermos que o principal objetivo da reabilitação urbana deve ser a melhoria das condições de vida das pessoas, em particular da população residente, então perceberemos que a questão do património diz diretamente respeito a todos nós. Reabilitar as cidades para além da intervenção sobre a dimensão física do património cultural, implicará sempre – de uma forma declarada ou não – um conjunto de mudanças sobre a vida das pessoas nas suas múltiplas dimensões: física, económica, ambiental, social e cultural.
Há aspectos que são consensuais quando falamos das vantagens da reabilitação urbana, como, por exemplo, os efeitos benéficos na auto-estima e na preservação da Memória coletiva sobre os lugares. Ultimamente, tem-se dado uma maior atenção às potencialidades económicas da reabilitação que vão muito para além do sector da construção civil, assumindo-se como um instrumento essencial para o próprio sector do Turismo e serviços. É também uma forma de criação de emprego pode ser uma saída para várias empresas, mas também de regeneração de antigos ofícios ligados à construção tradicional.

Qual é o impacte ambiental da reabilitação urbana?
Quando falamos em reabilitação urbana, normalmente ligamos logo a reabilitação dos centros das cidades. Os centros das cidades são zonas de construção concentradas, o que facilita a deslocação entre os percursos diários, casa-trabalho. É também nos centros, que a rede de transportes públicos por norma é mais abundante e por isso reduz a utilização do automóvel como forma principal de deslocação. Portanto ao reabilitarmos os centros das cidades estamos a trazer as pessoas para estes centros incluindo todos os benefícios referidos anteriormente de uma cidade consolidada. Também não nos podemos esquecer que uma cidade alastrada requer a construção e posteriormente a manutenção de infra-estruturas básicas de águas, eletricidade, gás entre outros que gera um impacto muito superior comparativamente com a utilização de uma cidade consolidada.
A reabilitação de edifícios também é uma forma de se fazer uma arquitectura mais sustentável. Ao reabilitar estamos a aproveitar recursos, ou seja a reutilizar métodos, materiais existentes, deixando por isso de consumir outros. Esta também é uma forma de utilizarmos terrenos já impermeabilizados, reduzindo desta forma a impermeabilização de terrenos expectantes.

Quais são as consequências de um desinvestimento na reabilitação?
As consequências estão à vista. Neste momento ainda temos grande parte dos nossos centros das cidades desabitadas, com muitos prédios devolutos, que geram insegurança e criam problemas de insalubridade dada a má utilização que estes acabam por sofrer dado o abandono a que estão sujeitos.
Com este desinvestimento, que no caso não foi em reabilitação, mas na falta de manutenção dos edifícios existentes, criou-se um mercado de construção de prédios de habitação coletiva ou habitações unifamiliares nas periferias das cidades com melhores condições de habitabilidade, tendo com isso aumentado exponencialmente o número de casas existentes em Portugal por habitante. Trata-se de uma situação em que todos saem a perder.

Em que estado está a reabilitação urbana em Portugal?
Em Portugal temos uma taxa de 6% de processos de reabilitação enquanto que o resto da Europa tem uma taxa de aproximadamente 30% neste tipo de processos. Portanto, ainda estamos muito aquém


Adriana Floret

Ainda há vida na cidade antiga

do que se pratica no resto da europa. No entanto, desde 2004, com a criação das leis das SRUS, os processos de reabilitação estão cada vez mais na agenda política dos nossos governantes. Também nos parece que as pessoas cada vez privilegiam mais o edifício existente com algum interesse arquitetónico e começamos a ver o regresso destas pessoas à baixa das cidades.

Porque é que centros urbanos como Porto e Lisboa continuam com tantos edifícios degradados?
Durante muitos anos tivemos problemas associados à habitação nos centros das cidades com o congelamento das rendas e a consequente falta de manutenção dos edifícios que nos levou a um abandono destes edifícios e procura de melhores condições nas periferias das cidades. Foram muitos anos e agora a reabilitação vai ter de ser feita gradualmente. É preciso muito mais tempo para conseguirmos recuperar os centros das nossas cidades. O entendimento e as exigências de conforto são outras e temos de recuperar de forma a adequar os edifícios existentes à forma de habitar atual, mas sem esquecer que se trata de património que é de todos e teremos de preservar.
A falta de estacionamento, por exemplo, é um dos pontos fracos que algumas pessoas apontam para não habitarem os edifícios nos centros das cidades. Temos de entender que estes edifícios não são realmente para todos, porque têm de facto algumas características muito próprias. E o problema que neste momento assistimos é que as pessoas com mais vontade de habitar estes prédios são jovens, solteiros ou casais em início de vida, que dão valor ao estilo de vida urbano, mas, que pela crise que o país atravessa, não têm capacidade económica de adquirir um edifício ou um apartamento. O mercado de arrendamento terá por isso de fazer o seu papel e talvez aí conseguiremos ter os nossos centros mais habitados.

As políticas de reabilitação têm sido suficientes?
Não. Apesar de a reabilitação estar na moda, acreditamos que é preciso muito mais para a reabilitação ser realmente acessível a todos. Por exemplo, até há muito pouco tempo, qualquer edifício sito em pleno centro histórico classificado património mundial teria direito à isenção do IMI, por estar integrado num conjunto classificado. Desde 2010, que temos vindo a assistir a um retrocesso neste incentivo. As finanças têm retirado este incentivo, com a justificação que o edifício deverá ser classificado individualmente gerando incongruências e desajustes entre proprietários. É um sinal negativo para a reabilitação e acaba por gerar alguma confusão num tema que precisa cada vez mais de clarificações.
A reabilitação precisa de uma legislação própria que defina os critérios para intervenção em edifícios existentes com interesse patrimonial. Saiu recentemente um diploma mas que, além de ser um diploma provisório, parece-nos ainda insuficiente e peca em alguns assuntos tão importantes como a segurança contra incêndios ou a capacidade de resistência sísmica de uma estrutura existente.

Fala-nos de algumas práticas amigas do ambiente na reabilitação urbana.
Neste contexto, e como já disse anteriormente, a reabilitação urbana é em si mesma uma prática amiga do ambiente. Naturalmente, terá as suas limitações. É óbvio que não poderemos exigir a um edifício histórico um desempenho de consumos energéticos normalizado. Alguns nunca conseguirão cumprir as metas exigíveis, mas outros já as cumprirão com honra e distinção. Depende das condições específicas de cada prédio e do método construtivo e da qualidade da edificação. Mas esta é apenas uma das variáveis que me parece ser compensada por todas as mais valias ambientais que resultam do acto de cuidar das nossas casas como um património não descartável e sempre renovável. A este respeito, repito o que já disse por diversas vezes: só atingiremos a maturidade quando deixarmos de falar de reabilitação urbana, que nos remete para operações descontínuas e de carácter excepcional, e começarmos a falar de manutenção urbana, como um acto de cuidado contínuo do nosso ambiente urbano.

Reabilitação urbana e construção sustentável estão relacionadas?
A reabilitação do património pressupõe a manutenção da autenticidade do edificado, a qual só é possível garantir com a utilização de materiais e recursos locais. Digamos que para dar resposta a questões diferentes, a preservação do património e a construção sustentável encontram naturalmente alguns pontos de convergência. Um outro exemplo é o da possibilidade - na verdade, como veremos, é mais uma necessidade - de reutilização dos materiais. Sabemos que existem técnicas construtivas que caíram em desuso e materiais que pura e simplesmente já não estão disponíveis no mercado. Nestas situações, uma prática que encorajamos - desde que não ponha em causa os valores da autenticidade do património - é a de recuperação de materiais de uma obra para outra. Se vamos, por exemplo, manter a estrutura de madeira original de um prédio, mas precisamos de reforçar pontualmente a estrutura, é recomendável que se faça uso das vigas de madeira (muitas vezes de excepcional qualidade) que resultaram da demolição de um outro edifício da mesma época. Quem diz vigas de madeira, diz guardas de ferro forjado, portas, etc.. Neste momento, existe um grupo de trabalho dentro da APRUPP que está a desenvolver este conceito em parceria com outras entidades e acreditamos que em breve estaremos em condições de acrescentar mais pormenores.

Qual o futuro da reabilitação?
O futuro da reabilitação urbana depende em muito da nossa capacidade de fazer passar a mensagem aos decisores políticos, aos agentes económicos e ao cidadão comum de que este processo: 1. Não é de carácter excepcional mas contínuo e cíclico; 2. No futuro mais do que reabilitar, importa manter. Há um claro efeito «moda» em torno do conceito de reabilitação urbana, porventura exagerado porque imputam capacidades e virtudes que não são realistas. Não estamos a falar de operações urbanísticas como uma Expo, o Euro2004 ou até mesmo o programa Pólis. Pensar nisto como algo de excepcional e irrepetível é inconsequente e conduz-nos a um beco sem saída. Temos, de certo modo, que banalizar a prática e integrá-la no nosso quotidiano. Definimos a reabilitação urbana como um processo contínuo e integrado de manutenção, revitalização e regeneração do habitat edificado, respeitando a especificidade cultural e identitária do lugar e defendemos que este processo envolve o conhecimento e o respeito pela arquitetura, pelos materiais e pelos esquemas estruturais que os caracterizam e que devemos promover, sempre que possível, ações de reparação e preservação do existente, em detrimento das de substituição e alteração.
De certo modo, é o mesmo que se passa com o património natural e a sua preservação. À parte de algumas intervenções de emergência sempre necessárias, o que importa é uma mudança de mentalidades e de comportamentos que nos conduzam a uma relação equilibrada com o ambiente. Não vejo por que razão o ambiente construído há-de seguir outro caminho que não este.

Adriana Floret

Resíduos ou matéria-prima

Adriana Floret

Tanta gente sem casa, tanta casa sem gente

Adriana Floret

Reabilitação precisa-se!

Adriana Floret

A visão da reabilitação

APRUPP
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A REABILITAÇÃO URBANA E PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO

CONTACTOS
www.aprupp.org
email: geral@aprupp.org
facebook: www.facebook.com/reabilitacaourbana

DESENVOVIMENTO RURAL: GOVERNO APRESENTA PROGRAMA INCOMPATÍVEL COM A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Direção Nacional

Em reunião do Secretário de Estado da Agricultura com as Organizações não-Governamentais de Ambiente, o Governo apresentou a sua proposta de Programa de Desenvolvimento Rural. A estratégia do Governo para o mundo rural ignora as alterações climáticas, insistindo na implementação de um regadio público inviável. O Governo anunciou no entanto um recuo na proposta anterior de financiar plantações de eucaliptos com dinheiro comunitário.

As organizações subscritoras reuniram com o Secretário de Estado da Agricultura para discutir a proposta do Governo sobre o Programa de Desenvolvimento Rural. À luz das mais recentes previsões para as alterações climáticas, e considerando que as mesmas vêm apenas confirmar as previsões anteriores, o programa apresentado tem uma estratégia errada e contrária às evidências científicas. O programa, que delineia o investimento europeu no mundo rural para os próximos 7 anos, não prepara o país para as alterações climáticas mas antes agrava a falta de preparação para os cenários previstos. Neste aspecto, o Programa de Desenvolvimento Rural para 2014-2020 representa mais uma grande oportunidade perdida para Portugal.

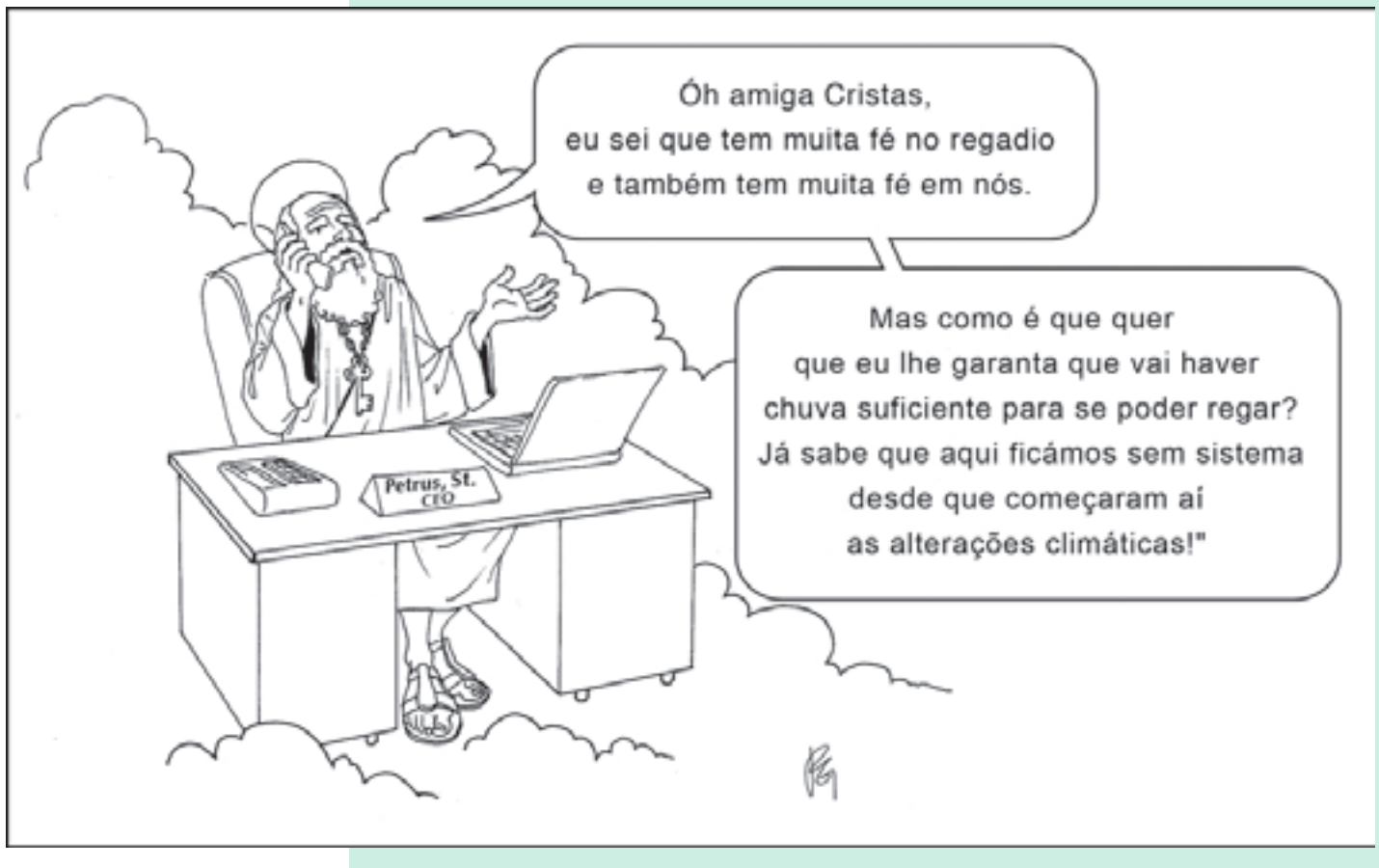
O Governo elegeu prioridades para o mundo rural que não fortalecem o país mas, ao invés, o vulnerabilizam ainda mais. A prioridade dada à construção de regadios e ao aproveitamento dos recursos hídricos de açudes, em especial nas zonas semiáridas, como forma de aumentar a produção agrícola é um erro. Além da crescente má qualidade da água, a quantidade será cada vez menor, com redução dos caudais nos rios e no subsolo e com impactes negativos significativos nas espécies aquáticas autóctones e na proliferação de espécies animais e vegetais exóticas invasoras. A agricultura de regadio é o maior consumidor de água e não internaliza devidamente os custos associados nem os impactes decorrentes. Acresce que o regadio não é uma medida de mitigação das alterações climáticas, contrariamente ao que tem vindo a ser insistentemente defendido pelo Governo podendo mesmo causar degradação irreversível dos solos (salinização e sodização). O apoio dado às culturas de regadio e às culturas intensivas solidifica uma aposta no rumo errado que não prepara o país para as perspectivas de aquecimento e desertificação que estão presentes em todos os relatórios com previsões nacionais e internacionais. Desta forma, perpetua-se o apoio à agricultura com fins meramente lucrativos imediatos em detrimento de uma agricultura extensiva mas sustentável que existe na maioria das nossas áreas rurais.

As organizações presentes na reunião reconhecem no entanto uma melhoria em relação ao documento anteriormente apresentado: o recuo do Governo na sua proposta de financiar a plantação de eucaliptos através do Programa de Desenvolvimento Rural. O Secretário de Estado garantiu nesta reunião com as ONGA que não haverá financiamento para a criação de novas áreas de eucaliptal em Portugal.

No programa apresentado pelo Governo toda a componente de utilização sustentável dos recursos naturais, como as medidas agro e silvo-ambientais, assim como o apoio às áreas da Rede Natura 2000 (que ocupa mais de 20% do território nacional) não está devidamente acautelado, existindo medidas contraditórias, desarticuladas, mal desenhadas ou com níveis de apoio insignificantes. Esta situação agravará a perda de biodiversidade e favorecerá ainda mais o abandono da actividade agrícola e o despovoamento no interior. A medida do Pagamento Natura irá atribuir verbas a agricultores, sem nenhum compromisso de manterem a conservação dos habitats e as espécies existentes (apenas são indicados compromissos muito gerais agronómicos não correspondentes aos serviços prestados). Desta forma, não existe uma discriminação positiva para quem efetivamente protege os habitats e espécies nas suas propriedades."

As organizações ambientalistas lamentam a escolha da cedência por parte do Governo aos grupos de pressão industriais agrícolas, porque tal terá como consequência a fragilização crescente do país, do mundo rural, da sua biodiversidade, da sua economia e da sua população. Este programa compromete a preservação dos recursos naturais como a água, o solo e não garante a preservação da biodiversidade e da paisagem. É uma estratégia que decreta a incapacidade de prever, adequar o território e mitigar as alterações climáticas em curso.

QUER TOON



Quertoon Network, desenho de **Paulo Guerreiro**

MICROSCÓPIO

Álvaro Domingues
Geógrafo _Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

PARA ACABAR DE VEZ COM O PATRIMÓNIO (OU TALVEZ NÃO)

Álvaro Domingues

Património do tempo em que Portugal tinha uma fronteira: vendido por 2.800 aéreos

Perdida que foi a imagem da cidade enquanto lugar, com uma localização precisa, uma forma, um limite, um centro, um nome..., a urbanização ocorre por todo o lado desde que haja infraestrutura que permita que a vida funcione. Quanto mais intensa e geograficamente distribuída é a infraestruturação do território, maior a probabilidade da edificação ocorrer algures. As redes e os sistemas sócio-técnicos que organizam a mobilidade das pessoas, da informação, dos bens e da energia, constituem sistemas de próteses que guiam a territorialização da sociedade – isso é a urbanização. Aquilo a que chamávamos "cidade" perdeu o monopólio da infraestruturação e a urbanização extensiva só conhece a medida das possibilidades do movimento e da relação. Dantes a "cidade" era toda a urbanização; o resto eram os campos - hoje não sabemos que fazer e que sentidos dar a estas palavras.

Por causa desta incompreensão; de uma sensação difusa de que tudo que é novo na urbanização é feio e caótico; e de que abundam os trastes, o abandono e a ruína nas cidades velhas – para muitos, as verdadeiras cidades -, entrou-se numa histeria patrimonial sem fim, espécie de trauma colectivo pelo mau luto da perda dessas cidades e toda a enxurrada de desgraças daí decorrentes: o fim do comércio dito tradicional, das vivências nas praças e nos espaços públicos..., tudo reduzido a edifícios decrépitos, populações envelhecidas e outros dramas.

Agora, passada a fase heróica do discurso e da prática sobre a urgência da intervenção na cidade antiga, a própria cidade antiga – com o renovado nome de Centro Histórico -, entra na moda, aquecida pela expansão da fileira turística e pelas operações de festivalização dos espaços urbanos, alguns geridos como parques temáticos.

Esta revalorização arrasta consigo novos interesses e negócios, os mais variados, que se vão ajeitando aos edifícios e espaços existentes das mais diversas maneiras: ora roendo quarteirões inteiros por dentro deixando apenas uma casquinha cénica de fachadas a dar perfumes de autenticidade para instalar dentro imobiliário de alto valor; ora praticando intervenções mínimas de baixo custo e qualidade duvidosa para outras clientelas. No meio destes extremos, contam-se exemplos notáveis de re-arquitectura.

O que é difícil, como diria Lyotard, é encontrar uma grande narrativa e uma solução única para isto tudo. Para desgosto dos poucos que se interessam verdadeiramente sobre a espessura e a delicadeza das coisas do passado, a própria ânsia patrimonializadora e reabilitadora mistura e devora quase tudo que dê resultado rápido: realidade e simulacro; fantasia e rigor; arte e artifício..., etc.. Tudo embrulhado em auto-estima, marketing urbano, sustentabilidade (já não se pode com este adjectivo zero comunicacional), animação de rua, botellón, "regresso à baixa" e assim por diante: faça-se a netnografia da questão e os motores de busca da net inundarão tudo de informação a mais variada, banal e exótica.

Como resultado da ansiedade e do negócio da nostalgia, a banalização patrimonial (um verdadeiro paradoxo) criou os seus próprios mecanismos de dissipação da polémica e de desautorização das opiniões públicas, privadas, eruditas, populares, todas. Chega a ser dentro da própria fileira imobiliária que se distribuem e divulgam prémios de suposta exemplaridade. Tal aconteceu no Porto com o (muito mau) exemplo do quarteirão das Cardosas e com o Mercado do Bom Sucesso. É a casquinha que conta; é a simplificação grosseira da importância da arquitectura e das ambiências urbanas, reduzidas a exercícios de cenografia e cosmopolitismo *light.*

Não fica por aqui o ruído de fundo. Da desruralização – a tripla perda da centralidade da economia agrícola, das culturas tradicionais dos velhos camponeses e das paisagens que jardinavam - profunda e acelerada que vai no solo da pátria, ficou-nos um país cheio de escolhas disfuncionais. É o "interior", o "Portugal Rural" e o seu negro fado. Tal como se pretende esconjurar a urbanização nos infinitos mimos dedicados à cidade velha e ao centro histórico, assim também na aldeia típica se pretende diminuir a ansiedade e resolver o trauma da perda da ruralidade. Não há, porém, que fazer luto do Portugal miserável que lá viveu e que do interior foi para o exterior procurar de que viver. Também não se percebe que raio de cultura é esta que ficou encalhada entre o centro histórico (a cidade) e a aldeia típica (o campo e a ruralidade) e que não entende 99,9% do país que tem. *Estranha forma de vida*, cantava a Amália: *Se não sabes onde vais /Porque teimas em correr / Eu não te acompanho mais*. Porque assim é, vem outra vez a sanha patrimonializadora e toca de patrimonializar moinhos, aldeias, alminhas e outras coisas pequenas subitamente resgatadas do seu mundo perdido. Que desencantados que andamos com os nossos telemóveis e micro-ondas.

Em tão fértil cultura, o património e a patrimonialização expandem-se até à saturação numa construção infinita de discurso sobre representações sociais, sobre objectos e signos, sistemas de regras, modos de regulação. Mais do que um conjunto de bens materiais e imateriais, o património é um dispositivo social e um discurso organizador da memória de grupos sociais em presença. Os factos e os assuntos de que o património se ocupa, não tendo lugar em comunidades homogéneas, estáveis e com códigos éticos, morais ou estéticos bem definidos, encontra na diversidade e contradição (na desorientação, também) das sociedades contemporâneas, as suas próprias contradições. A instabilidade e a perplexidade são a marca mais comum deste regime turbilhonar.

Sociedades instáveis e fragmentadas, sobre-expostas à globalização, metidas na vertigem das mudanças que caracterizam os tempos que correm, e a braços com crises mais ou menos permanentes de identidade, encontrarão a dimensão política do património – i.e., a sua legitimação e modos de regulação - em contextos muito distintos e contraditórios. A crise do património é apenas uma faceta de uma crise maior das sociedades contemporâneas que é a crise do "comum", do conjunto de coisas sobre as quais existem consensos alargados acerca do que essas coisas são, da sua importância, hierarquia e significado, do modo de as regular e partilhar colectivamente. É, assim, uma dupla crise, a da definição de património e a das políticas tradicionais do património.

Álvaro Domingues

Património do Senhor dos Malguiados

TEMA EM DESTAQUE

Ana Paula Amendoeira
ICOMOS Portugal

PATRIMÓNIO E TERRITÓRIO
UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO

Adriana Floret

Cidade do Porto

O nosso território, histórico, humanizado, está cada vez mais ameaçado por aquilo a que Freud chamou visionariamente o *homo prothetícus*, no sentido em que a relação do homem com o território se tem vindo progressivamente a degradar, à medida que se regista o crescente domínio da revolução electro telemática definida por Françoise Choay[1]. Esta filósofa do urbanismo caracteriza assim as nossas sociedades actuais normalizadas, ligadas entre si por sistemas virtuais de comunicação que produzem cada vez mais próteses, cada vez mais performantes, para a ligação do homem com o meio. É precisamente esse o sentido da expressão visionária de Freud.

Esta situação, que caracteriza essencialmente as nossas sociedades desenvolvidas e globalizadas aponta cada vez mais para uma alteração das categorias que conhecemos, na Europa Ocidental, e utilizámos na longa duração desde pelo menos o período medieval: as cidades, as vilas, as aldeias, os bairros, os rossios, os arredores, as azinhagas, etc, entidades às quais reenviavam palavras consagradas por uma longa história, deixam tendencialmente de fazer sentido para darem lugar a nomeações vagas: aglomeração, áreas metropolitanas, zonas periféricas, zonas densas, num processo de normalização do espaço planetário e da nova natureza do que chamamos urbano.

A facilidade das novas redes técnicas favorece a mistura de territórios em benefício de uma urbanização difusa e, a termo, da supressão da diferença entre cidade e campo e da perda da competência antropológica de edificar, no sentido definido por Choay[2].

Por outro lado, as facilidades de ligação e de comunicação que são oferecidas, encorajam a transformação da arquitectura em objecto técnico. O *Eupalinos*, de Valéry[3], já afirmava em 1922 que o trabalho do arquitecto consiste em produzir objectos essencialmente humanos, seres singulares, verdadeiras criaturas do homem que participam da vista e do toque, mas também da razão, do número e da palavra. Exprimindo de outra forma e socorrendo-nos do utilíssimo aparelho conceptual *hideggeriano*, perguntamos: São os objectos técnicos habitáveis[4]?

Ora já desde Léon Batista Alberti que o ordenamento do espaço é, na dupla escala arquitectónica e territorial, pela primeira vez entendido como uma vocação de uma prática humana específica, a edificação, teorizada justamente por Alberti no *De re aedificatoria*[5]. Neste verdadeiro "discurso do método" da edificação, o arquitecto humanista afirma que a cidade é uma grande casa e inversamente a casa ela própria é uma pequena cidade, antecedendo em quatro séculos a célebre enunciação de Cerdá, o criador do urbanismo como disciplina autónoma (Cerdá dizia, na sua teoria geral da urbanização, publicada em 1863 que devemos considerar a casa como uma pequena cidade composta de pequenos espaços ligados por um sistema de vias)[6].

A reflexão que aqui adoptamos, proposta em grande medida por Françoise Choay, ajuda a não nos esquecermos do papel humano e da sua escala na criação e na compreensão efectiva dos territórios, dos lugares, das paisagens e dos respectivos modos de vida, mas também a não nos esquecermos de como esse papel é hoje ameaçado e frequentemente posto em causa. Essa relação com a terra e com uma inovação na continuidade, própria da espécie humana, é o verdadeiro património, é o verdadeiro universal cultural. É essa dimensão que tem que ser preservada para garantir a nossa sobrevivência e ela só pode ser assegurada através da mediação do corpo, quer dizer, no caso que nos interessa, assegurando a continuidade da nossa competência de edificar, que estamos a perder[7]. A nossa competência de preservar o território e do ambiente, de construir edifícios de qualidade, cidades de qualidade, com técnicas e materiais de qualidade. Essa é, do nosso ponto de vista, a urgência, o verdadeiro universal cultural do sentido do património.

É essa mediação que pode garantir a continuidade, o futuro e o verdadeiro sentido daquilo a que hoje chamamos património: a ligação com a terra, em todos os sentidos, e com o tempo. Dimensões com as quais estamos a deixar de saber lidar, quando falamos de território e do seu "ordenamento" e que estão intimamente ligadas à espécie humana, à construção, à competência de edificar, à humanização do espaço, à construção de lugares, locci, com espírito, genius, paisagens, edifícios, aldeias, vilas, cidades.

O Património pode desempenhar um importante papel quando falamos de ordenamento do território e de qualidade ambiental principalmente através do conceito de paisagem cultural e do novo conceito de paisagem urbana histórica, sendo eles bem entendidos e operacionalizados de acordo com os objetivos da qualidade de vida e da preservação do ambiente e do nosso território, do bem comum em suma.

O desordenamento e o caos nesta nossa nova categoria de urbanização difusa em que vivemos não são um destino que temos que suportar irremediavelmente. São o resultado de políticas e de opções por modelos errados de desenvolvimento ou de crescimento, sinónimos de uma demissão da nossa competência de edificar, de construir e de habitar o território em prol de objetivos conjunturais geralmente ligados a negócio ou lucro rápido e horizontes políticos de curtíssimo prazo.

A noção do tempo...qualquer coisa com que estamos a deixar de saber lidar e que está intimamente ligada à espécie humana, à construção, à humanização dos territórios, à construção de paisagens, séculos de trabalho regular, colectivo e anónimo, qualquer coisa que hoje nos é cada vez mais estranha. Planear, ir fazendo, ver nascer, mesmo que não se possa ver crescer, deixar em herança (um sentido verdadeiro para a palavra património). Não existe melhor expressão para mostrar o que é a capacidade do homem construtor de paisagens, do que aquela que é utilizada no Alentejo: "Vinhas minhas, olivais dos meus pais, montados dos meus antepassados".

Esta expressão que pode até chegar a ser comovente tal é a intensidade da compreensão fusional com a terra, com a noção do tempo longo e da sua inevitabilidade muito para além do horizonte da vida de apenas um homem, mas justamente ancorado nessa noção das sociedades tradicionais, tão importante, que é a da continuidade para além da finitude de um corpo ou de uma vida. A consciência de pertença a qualquer coisa maior do que nós para a qual todos contribuímos. Só poderemos ver as vinhas, se formos nós a plantá-las. Se plantarmos oliveiras, já as verão plenamente adultas os nossos filhos, e se plantarmos um montado, sabemos que não vamos vê-lo produtivo na sua plenitude. Só vemos os montados em plena pujança, se nos tiverem sido deixados pelos nossos antepassados. E no entanto, sempre se praticou esta cadência, de plantar montados, olivais e vinhas, de construir a sério com durabilidade de séculos, muitas vezes apenas ou em grande medida pelo bem comum e é assim que as paisagens e as cidades nos chegaram, com a noção do tempo, com a compreensão do território, com a noção de pertença aos sítios. Ser culto é ser de um sítio (dizia o fotógrafo Gérard Castello Lopes, que por sua vez citava o que tinha ouvido a um diplomata antropólogo do Alentejo). Porque classificamos património? A resposta mais imediata e assertiva será sempre: porque lhe atribuímos um valor! "Património

Ricardo Marques

Casa da Aldeia

Ricardo Marques

Paisagem rural

é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades (...). É neste duplo aspecto, isto é, o de 'Património como valor de identidade e de memória' de uma comunidade e, sobretudo, o de 'Património como qualidade de vida' que ele será cada vez mais falado e se lhe dará, futuramente, maior importância". Esta afirmação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida poderia resumir toda uma visão sobre as questões relacionadas com o valor e por isso também com o significado que podemos dar à classificação daquilo a que hoje chamamos património. Convém lembrar que como nos alerta sistematicamente desde há vários anos Françoise Choay, a noção de património é em si mesma fruto de uma amálgama conceptual no sentido em que ela funde, de uma forma que se pode considerar pouco ou nada operatória, as noções de monumento e de monumento histórico confundindo as razões da memória e da identidade com as da estética e da arte bem definidas pela expressão francesa "vouloir d'art" de que nos fala Alois Riegl.

É de facto Riegl que nos explica que cada tempo estabelece os seus valores e que a classificação do património se fundamenta sempre numa teoria dos valores. E aí reside efectivamente a nossa confusão actual. É que à semelhança do que durante muito tempo se verificou, a teoria dos valores do património apontava no sentido da salvaguarda, da conservação, da preservação de valores por eles serem importantes para o nosso presente e para o nosso futuro. Mas a evolução da nossa visão ocidental numa deriva cada vez mais neoliberal sobre o património que se está a instalar em muitos sectores das nossas sociedades, troca o sentido do valor pelo do preço. A teoria dos valores de que nos falava Riegl e de nos fala Françoise Choay é hoje também ou está a tornar-se também numa teoria do preço. E assim, podemos hoje dizer que classificamos património porque o valorizamos, mas também porque o apreçamos. Quer dizer trocamos muitas vezes o seu valor pelo seu preço e assim deixamos de saber muito bem dizer porque classificamos património. Pode ser para salvaguardar e proteger um bem fundamental para a identidade e memória de um povo, ou de uma comunidade, mas também pode acontecer e cada vez acontece mais que se classifica património para lhe poder acrescentar valor, para lhe poder atribuir um preço desejavelmente cada vez mais elevado.

E se em si mesmo este acto pode até representar em certas circunstâncias uma sustentabilidade desejável, é também verdade que muitas outras, muitas mais do que desejaríamos, podem representar a diminuição do valor pelo qual esse bem foi retoricamente classificado devido à sua transformação imediata exclusivamente em mercadoria transaccionável

Voltando ainda a Carlos Alberto Ferreira de Almeida "é importante classificar. O Património como tal necessita de ser assumido. (...) Classificar para salvaguardar é um bom meio jurídico mas é pouco (...) classificar bem é uma contínua chamada de atenção para a reflexão (...) o património tem que ser aceite e estimado e não apenas protegido. Ele não é uma simples reserva, mas antes uma abraçável aceitação."

Mas o que classificamos tem que ser sempre, para além de património, também contemporâneo, como dizia Croce, no sentido do presente e do futuro, quer dizer, é o património, o que tem qualidade, que nos transmite a mais importante função antropológica que estamos a perder e para a qual Françoise Choay nos alerta: a nossa competência antropológica de edificar. Não existe mensagem mais contemporânea do que esta.

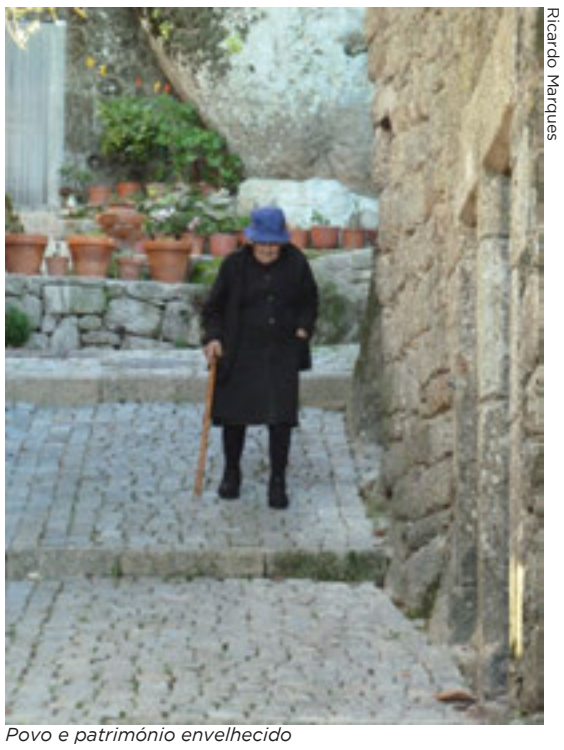
Tudo isto é, pensamos, matéria a discutir quando falamos de classificação e de valorização de património e da forma como lidamos com essa classificação e com essa valorização. Não é avisado confundir sempre valor com preço, no sentido em que há uma diferença entre valorizar o património e acrescentar-lhe valor e ela, essa diferença pode às vezes ser fundamental nos processos chamados de desenvolvimento mas que cada vez mais se começam a designar por qualidade de vida ou índices de felicidade das comunidades e não necessariamente de desenvolvimento no sentido mais ou quase só apenas económico que o conceito encerra desde a sua criação pelos americanos no fim dos anos quarenta.

Valorizar o património, no sentido de lhe atribuir um valor de memória e de identidade, de qualidade como nos dizia Ferreira de Almeida, de factor de qualidade de vida, de qualidade urbana, de compreensão e conhecimento do espaço e de como ele foi sendo transformado em território, valorizar património assim como nos propõe Choay, como já nos propunha Riegl e tantos outros, não é o mesmo do que acrescentar-lhe valor como tantas vezes pensamos que fazemos. Uma e outra coisa não são a mesma coisa. Quem terá a pretensão de dizer que acrescenta valor ao Panteão de Roma, às pirâmides de Gizé, ao mosteiro dos Jerónimos, ao convento de Cristo? O que acontece é que, como diz frequentemente o Professor Adriano Moreira, as nossas sociedades exclusivamente mercantilistas confundem cada vez mais o valor das coisas com o preço das coisas e isso é tão redutor que nos pode levar a perder de vista o verdadeiro valor daquilo a que chamamos património, o verdadeiro valor para a qualidade de vida das comunidades e que tem mais a ver com educação, cultura, compreensão e pensamento crítico do que com exploração do património apenas como um recurso, para usar o léxico empresarial do fordismo que cada vez mais se aplica a todas as dimensões da nossa vida.

Mas talvez seja também avisado lembrar que nada se faz sem escolhas, sem deixar para trás umas coisas porque queremos outras e que não podemos pedir tudo ao património que classificamos e que valorizamos: simultaneamente que ele se mantenha conservado ao mesmo tempo que queremos transformá-lo apenas e às vezes só em recurso a explorar e a transaccionar pelo preço de mercado. Assim é muito difícil definir-lhe o valor. Por isso é sempre útil revisitar Andé Chastel e as suas duras e lúcidas palavras sobre a dualidade com que as nossas sociedades se confrontam hoje sobre o valor e o preço do património: "Talvez seja este o momento de recordar que em todas as sociedades,o património reconhece-se no facto de que o seu desaparecimento constitui um sacrifício e que a sua conservação implica sacrifício. É esta a lei de toda a sacralidade"[8].

Adriana Floret

Ordenamento Urbano


Ricardo Marques

Povo e património envelhecido

Adriana Floret

Arruamento

REFERÊNCIAS

[1] Choay, Françoise, *Pour une Anthropologie de l'Espace*, Paris, Seuil, 2007.
[2] Idem, Ibidem.
[3] Valéry, Paul, *Eupalinos ou o arquitecto,* São Paulo, Editora 34, 1996
[4] Heidegger, Martin, *Batir Habiter Penser*, in Essais et conférences, Paris, Gallimard, 2010.
[5] Alberti, Leon Battista, *De re aedificatoria*, Cambridge (Mass.), Mit Press, 1988.
[6] Cerdá I Sunyer, Indefons, *Teoria General de la urbanización*, Barcelona, Instituto de Estudios Fiscales, 1971.
[7] Choay, Françoise, *Pour une Anthropologie de l'Espace,* Paris, Seuil, 2007.
[8] Chastel, André, *La Notion de Patrimoine,* in Les Lieux de Mémoire (coord. Pierre Nora), Paris, Gallimard, 1997.

BIOGEOGRAFIA

NÚCLEO DE BRAGA

Núcleo Regional de Braga da Quercus

Tertúlias – Março e Abril
Teve lugar no Café a Brasileira, na noite do dia 14 de Março a terceira Tertúlia, intitulada "Hortas Sociais", dinamizada pela docente da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima, Isabel Mourão. Estiveram presentes cerca de 35 pessoas e a participação foi diversificada pois encontravam-se na assistência vários técnicos de instituições que possuem hortas sociais, tais como a Cruz Vermelha (projecto Gotas 1 e 2), Casa de Saúde de Nogueiró e APACI (Barcelos), bem como a Plantit, que obtém com crianças uma grande participação e entusiasmo nas suas oficinas. A maior dificuldade encontrada é com a manutenção ao fim de 2 ou 3 anos de existência da horta, pois é necessário encarregar uma pessoa de fazer uma visita diária à horta – isto é, o Hortelão!
Já na noite do dia 11 de Abril, a temática "Biodiversidade agrícola", foi dinamizada pela Directora do Banco Português de Germoplasma Vegetal, do INIAV, sediado na Quinta de S. José, em Merelim S. Pedro, Braga, Eng.ª Ana Maria Barata.

Curso de Apicultura em Modo de Produção Biológico_Américo Barbosa
Terminou com uma esplêndida manhã de sol o Curso de Apicultura em Modo de Produção Biológico que o Núcleo de Braga promoveu, com a colaboração do Mosteiro de Tibães, nos dias 21, 22 e 28 de Fevereiro e 1, 7 e 8 de Março de 2014.
Com efeito, só com o sol da manhã do sábado 8 de Março foi possível sair para a Cerca do Mosteiro e experimentar, no apiário manuseado pelo formador Eng. Carlos Baptista, os ensinamentos ministrados durante as cinco chuvosas sessões anteriores.
Sessões teóricas que decorreram no edifício do Mosteiro, com profusa ilustração gráfica e grande participação, resultante não só do entusiasmo, experiência e sabedoria do formador, mas também da curiosidade dos 21 formandos, esmagadoramente homens de meia idade com incipientes conhecimentos de apicultura.
O curso debruçou-se, com a profundidade possível, sobre a história da apicultura e o mundo das abelhas, continuando por ensinamentos concretos sobre Modo de Produção Biológico e maneio das colmeias, designadamente, as ameaças e doenças da criação e das abelhas, sua disseminação e sintomas, bem como medidas preventivas e curativas; precauções para obstar a enxameação; desdobramento de enxames; produção de mel e criação de rainhas.
Na noite de 28 de Fevereiro o curso deslocou-se em bloco à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva para assistir à projecção do filme "Abelhas e Homens – e se as abelhas desaparecessem?".

Américo Barbosa
Formação de Apicultura

Américo Barbosa
Os apicultores

Oxigenar Braga_Ana Cristina Costa
Colaborou o Núcleo de Braga numa iniciativa da Câmara Municipal de Braga, entre outras entidades locais, associado ao Dia da Floresta e Dia da Água, dia 21 e 22 de Março, que constou na oferta simbólica de árvores às escolas, oferta de ecopontos domésticos em espaços comerciais e uma caminhada à nascente do Este com limpeza da zona envolvente. Estas várias actividades envolveram mais de mil pessoas, no seu todo.

Controlo de Mimosas_Custódia Gonçalves
O Núcleo de Braga realizou, pelo terceiro ano consecutivo, o descasque e arranque de mimosas no Bom Jesus. O local escolhido pelos responsáveis da Confraria foi um espaço contíguo ao efetuado no ano passado, para que desta forma se dê sequência ao trabalho iniciado e para aumentar a motivação dos participantes ao verificarem o sucesso do descasque das mimosas do ano passado (todas secas). A atividade iniciou às 14 horas com uma sessão teórica sobre o efeito das plantas invasoras nos ecossistemas, proferida pela Dª Cristina Morais, seguiu-se a parte prática, com descasque e arranque, e terminámos pelas 17h30 com um lanche oferecido pelos Hotéis do Bom Jesus.

Tertúlia_Ana Cristina Costa
A 11 de Abril, sexta-feira, pouco depois das 21h30, decorreu no Café "A Brasileira", em Braga, a 4.ª tertúlia do Ano Internacional da Agricultura Familiar.
Desta vez com bem menos participantes, a que não deve ser alheio o facto de nos terem mudado de sala sem aviso prévio, dado terem aberto a esplanada e estarem com poucos funcionários para atender todos os espaços.
A Directora do Banco Português de Germoplasma Vegetal, Eng.ª Ana Maria Barata, explorou a temática "Biodiversidade Agrícola", explicando como funciona a entidade que dirige, a sua história e importante papel, nomeadamente que possui 90% do material conservado em Portugal; que o BPGV é o 2.º mais importante banco de milho do mundo (o 1.º é do México); que o material que se encontrava em Oeiras veio para Braga no mês passado o que faz com que actualmente tenha 45 mil variedades de mais de 100 espécies distintas, entre cereais, leguminosas, hortícolas, fibras (linho), plantas aromáticas e medicinais, pastagens e forragens, com destaque, entre todas, para o milho e o feijão.
Apesar de poucas pessoas terem comparecido, a grande maioria, era meia-noite e ainda colocava questões à especialista, o que permite avaliar do interesse deste tipo de iniciativas.
Ficou alinhavada uma nova visita às instalações do BPGV para o final do ano.

NÚCLEO DE CASTELO BRANCO

Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus

Dia 18 de Janeiro
Percurso Interpretativo: Observação da Biodiversidade no Tejo Internacional - Aves, Anfíbios e Cogumelos
O Núcleo Regional da Quercus de Castelo Branco organizou no passado dia 18 de Janeiro, um Percurso Interpretativo pelo Monte Barata em que o objectivo principal foi a observação de Biodiversidade no Tejo Internacional e o contacto com a beleza e diversidade da paisagem, aprendendo a interpretar a fauna e flora associada a esta região, participaram 30 pessoas nesta actividade.
O Parque Natural do Tejo Internacional tem um património natural riquíssimo. A vegetação do parque inclui bosques de sobreiros e azinheiras e galerias de salgueiros (*Salix sp.*) ao longo dos rios, arbustos bem comuns são o Pilriteiro (*Crataegus monogyna*) e o Tamujo (*Scurinega tinctoria*). Durante o passeio destacou-se a presença de numerosos cogumelos silvestres tais como o *Laccaria cf. Laccata*, *Psathyrellas sp., Lycoperdon perlatum* e *Macrolepiota procera* comuns neste tipo de habitat. Registou-se a presença constante de espécies animais com elevado estatuto de conservação de entre os quais se destaca a colónia de Águia-de-Bonelli (*Hieratus fasciatus*), Abutre-preto (*Aegypius monachus*), Águia-imperial-ibérica (*Aquilla adalberti*), Águia-real (*Aquilla chrysaetos*), nos anfíbios o Tritão-marmoreado (*Triturus marmoratus*) e o Tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*).

Dia 31 de Janeiro
Libertação de um Gavião e uma Águia-de-asa-redonda na Sertã
No âmbito da actividade do CERAS, a Quercus organizou uma acção de Educação Ambiental com a libertação de um Gavião (*Accipiter nisus*) e uma Águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*) na Escola Básica e Integrada da Sertã. Após a libertação dos animais, as crianças foram sensibilizadas sobre a importância ambiental destas espécies, e também da causa de entrada destes animais no CERAS. A águia-de-asa-redonda foi resgatada de cativeiro ilegal e o gavião sofreu uma colisão com uma linha eléctrica na Sertã. Estas sessões de libertação de animais selvagens são muito importantes, pois promovem um contacto directo com as comunidades mais jovens sensibilizando-as para o que fazer em caso de encontrar um animal ferido no campo. Estiveram presentes agentes do SEPNA do Município da Sertã, e cerca de 60 crianças do 6.º ano.

Dia 2 de Fevereiro
Marcação e Libertação de Abutres Pretos (*Aegypius monachus*) no Tejo Internacional
No âmbito do programa Life+ "Inovação contra envenenamentos", foram colocadas marcas alares patagiais e transmissores GMS-GPS em dois juvenis de abutre-preto (*Aegypius monachus*), recuperados no CERAS de Castelo Branco. Os animais deram entrada no CERAS por debilidade, provavelmente associada à sua inexperiência em procurar alimento e também pela falta de comida disponível no campo. A colocação de marcas alares patagiais e anilha de cor facilita a monitorização à distância do indivíduo. O transmissor GSM-GzPS permite monitorizar os seus movimentos diários através do envio da localização GPS para um servidor. O transmissor é fixado com um arnês feito em teflon, com uma duração média de 3 anos. Os abutres depois de marcados, foram libertados no Parque Natural do Tejo Internacional, onde existe a única colónia nidificante desta espécie em Portugal. Nesta área existe maior facilidade para se alimentarem, graças aos dois alimentadores de aves necrófagas geridos pela Quercus-A.N.C.N.

Dia 6 de Março
Libertação um Cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*)
A equipa do CERAS resgatou um Cágado-de-carapaça-estriada (*Emys orbicularis*) do meio da estrada, que se encontrava em grande risco de ser atropelado. Posteriormente procedeu-se à sua marcação mediante uns pequenos cortes na carapaça, para identificar individualmente o animal caso ocorra uma recaptura. Após a marcação, foi libertado no Parque Natural do Tejo Internacional numa ribeira no Monte Barata, onde existem populações desta espécie. O Cágado-de-carapaça-estriada é o mais raro das duas espécies de cágados de fauna portuguesa. É uma espécie em perigo segundo o Livro Vermelho dos Vertebrados Portugueses e as principais ameaças são a poluição hídrica e a destruição do habitat.

Dia 8 de Março
I Workshop de Identificação de Aves e Anilhagem científica
No dia 8 de Março decorreu o primeiro de três workshops, que o Núcleo Regional da Quercus de Castelo Branco pretende desenvolver ao longo do ano, sobre a identificação de aves e anilhagem científica. Esta actividade teve lugar no Parque Botânico da Escola Superior Agrária de Castelo Branco e foi orientada pelos ornitólogos Carlos Pacheco e Samuel Infante. Foram capturadas 60 aves de 17 espécies tão diferentes como guarda-rios, gaios, trepadeiras, chapins, verdilhões, pintassilgos, toutinegras, melros, entre outros. Os participantes interagiram em todo o processo de anilhagem de aves, nomeadamente a montagem das redes japonesas, revisão das mesmas cada 30 minutos, identificação das espécies, determinação do sexo, idade, e condição corporal, anilhagem e recolha de biometrias. Esta actividade contou com a presença de 23 pessoas.

Dia 22 de Março
Workshop de construção de caixas-ninho e abrigos para fauna
No passado dia 22 de Março, a Quercus Castelo Branco organizou um Workshop sobre caixas-ninho e abrigos para fauna. Esta actividade teve como principal objectivo ensinar e encorajar os participantes a construir e colocar caixas-ninho e comedouros nos seus jardins de forma a promover a biodiversidade não só das nossas áreas rurais, como também das cidades. Fez-se a recuperação e limpeza de algumas das caixas-ninhos colocadas em anos anteriores e realizou-se a construção de caixas-ninho novas. Foram reutilizados diversos materiais para a construção de caixas ninho e abrigos, como madeira, cortiça e embalagens usadas. O Workshop teve lugar na Mata dos Loureiros no Parque da Cidade de Castelo Branco e contou com a presença de 16 pessoas, na maioria adultos, mas também algumas crianças e famílias.

Dia 24 de Março
Tertúlia sobre Alimentação saudável e a relação com o uso dos Pesticidas na Agricultura
Inserido na Semana Europeia contra os Pesticidas, a Quercus Castelo Branco realizou no dia 24 de Março uma tertúlia sobre os Pesticidas e a Alimentação saudável. Nesta sessão sobre importância da alimentação saudável, foram introduzidos alguns conceitos sobre a Agricultura Biológica e as implicações no ambiente e na saúde do uso que químicos de síntese. Esta tertúlia contou ainda com a apresentação do projecto CASAS que é um projecto de desenvolvimento local que pretende fazer a distribuição dos produtos biológicos, de agricultura familiar e produção integrada da Beira Interior até aos consumidores em forma de cabazes. No caso do concelho de Castelo Branco, os consumidores já podem selecionar os produtos a partir de uma lista enviada previamente por e-mail e levantar os cabazes na sede do Núcleo Regional da Quercus de Castelo Branco semanalmente. Nesta tertúlia estiveram presentes também alguns agricultores, possíveis fornecedores que poderão escoar os seus produtos através do projecto CASAS.

Dia 28 de Março
Inauguração do alimentador para aves necrófagas Serra da Achada
A Quercus, a autarquia de Vila Velha de Ródão e a Celtejo inauguraram no dia 28 de Março, o Campo de Alimentação para Aves Necrófagas, na Serra da Achada — Portas de Ródão. O alimentador para aves necrófagas, localizado próximo da importante colónia de grifos (a maior em território nacional) situada no Monumento Natural das Portas de Ródão, resulta de uma parceria entre a Quercus - ANCN, a autarquia de Vila Velha de Ródão e a Celtejo. Este alimentador servirá de suporte a esta colónia e também a outras espécies necrófagas ameaçadas e de grande importância para a conservação da diversidade biológica. Dará apoio às zonas de caça da região e constitui uma valência importante para a educação ambiental com a qual se pretende sensibilizar a população escolar e a comunidade local, para os temas da conservação da natureza. Este alimentador vai ser gerido no âmbito de uma estratégia regional de conservação para as espécies ameaçadas articulando o seu funcionamento com outros dois alimentadores que a Quercus tem no Tejo Internacional.

Dias 05 e 06 de Abril | Fim-de-semana com os Insectos no Monte Barata
Saídas de Campo para a Observação e Identificação de Insectos
A Quercus organizou nos dias 5 e 6 de Abril, o Fim-de-semana com os Insectos no Monte Barata. Esta actividade incluiu saídas de campo para observação, registo, fotografia e identificação de libélulas, borboletas e outros insectos na área do Monte Barata em Castelo Branco (Parque Natural Tejo Internacional) e teve por objectivo dar a conhecer a biologia, ecologia, diversidade e estado de conservação dos insectos em Portugal. A actividade foi orientada por Albano Soares, biólogo da Tagis, como formador e era destinada ao público em geral e a pessoas ligadas à Área do Ambiente e da Fotografia, e contou com a presença de 17 pessoas. Durante esta actividade foram identificadas 3 espécies novas de libélulas para a área.

PRÓXIMAS ACTIVIDADES
Censo Mundial Cegonha-Branca 2014
O censo da cegonha-branca realiza-se de dez em dez anos. Em Portugal, é coordenado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, em colaboração com outras entidades, como a Quercus. O anterior censo, de 2004, contabilizou 7.684 ninhos de cegonha ocupados em Portugal, mais do dobro dos registados em 1994 (3.302 ninhos).
No distrito de Castelo Branco a Quercus é responsável pelo censo nos concelhos de Castelo Branco, Covilhã, Penamacor, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Rodão e Proença-a-Nova.
Os trabalhos irão decorrer entre Março e Junho, pelo que a Quercus apela a participação de voluntários que queiram colaborar nas equipas de campo ou no envio de informações. PARTICIPE!

24 de Maio |Descida do rio Ocreza - Dia Mundial da Migração dos Peixes
Foz do Cobrão (Vila Velha de Ródão)
O Núcleo Regional da Quercus de Castelo Branco organiza no dia 24 de Maio uma descida do rio Ocreza na Foz do Cobrão, concelho de Vila Velha de Ródão e Proença-a -Nova. O programa contempla uma descida dos rápidos do rio Ocreza em kayak, e um percurso pedestre de pequena rota na Aldeia do Xisto da Foz do Cobrão. Esta iniciativa integrada no Dia Mundial da Migração dos Peixes, em que a Quercus foi convidada a participar, tem como principal objectivo alertar para a importância da preservação do Rio Ocreza sem barragem e dar a conhecer a beleza da paisagem, aprendendo a interpretar a fauna, flora e morfologia geológica associada ao rio Ocreza. Nesta área a paisagem é caracterizada pela serra das Talhadas e pelos vales encaixados do rio Ocreza e da ribeira do Cobrão. A vegetação é assinalada pela presença de manchas de matagal mediterrânico que cobrem as encostas acompanhadas, pela presença de Zimbrais (*Juniperus oxycedrus*) e por geométricos olivais que dão ao local uma beleza singular. Regista-se a presença constante de espécies animais com elevado estatuto de conservação de entre os quais se destaca a colónia de grifos (*Gyps fulvus)* que nidificam nas escarpas que contornam o rio Ocreza, a Cegonha-preta (*Ciconia nigra*) e a Águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*).
A actividade é aberta a sócios e não sócios da Quercus sendo que a **inscrição é obrigatória** e tem um custo de 20€ (sem almoço) ou 30€ (com almoço incluído). O valor da inscrição contempla kayak, guia, seguro e certificado de participação.
O transporte até à Foz do Cobrão é da responsabilidade dos participantes.
Esta actividade tem o apoio da empresa Incentivos Outdoor.

Dia 21 de Junho| II Workshop de Identificação de Aves e Anilhagem científica
No próximo dia 21 de Junho, a Quercus- Castelo Branco organiza mais um workshop de identificação de aves e anilhagem científica. Durante esta actividade os participantes poderão acompanhar todo o processo de anilhagem de aves, desde a colocação da anilha ao registo de todas as biometrias, bem como receber todas as explicações detalhadas sobre cada passo. O objectivo passa também por aprender a distinguir as espécies capturadas e, sempre que possível, a determinar o sexo e idade das aves.
O Workshop terá lugar no Parque Botânico da ESA (Escola Superior Agrária).
Formadores: Carlos Pacheco e Samuel Infante
As inscrições são limitadas, o workshop é gratuito para sócios da Quercus e tem um custo de 5 Euros para Não Sócios

Mais informações sobre as actividades:
Tel. 272 324 272 | Email: castelobranco@quercus.pt
Mais informação em **www.quercus.pt**

NÚCLEO DO RIBATEJO E ESTREMADURA

Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus

O Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura participou mais uma vez no Festival dos 5 Rios, um festival organizado pela ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte que conta com o apoio da Quercus. Em Fevereiro o festival foi dedicado ao Rio Almonda e incluiu atividades ao ar livre dirigidas a crianças dos 2.º e 3.º Ciclos das escolas de Torres Novas. Já em Março foi a vez do Rio Nabão onde elementos do Núcleo colaboraram na dinamização de um percurso interpretativo e na realização de um workshop sobre plantas aromáticas e medicinais.
Também no mês de Março, o Núcleo do Ribatejo e Estremadura em colaboração com o Município de Ourém e a empresa municipal OurémViva reuniram um grupo de alunos da Escola Básica e Secundária de Ourém para plantar, no jardim da Mata Municipal, uma azinheira descendente de uma árvore classificada como monumental, existente no concelho e que foi derrubada pelo temporal de Janeiro de 2013. Esta iniciativa simbólica decorreu no dia 19 de Março com o objetivo não só de recordar a azinheira centenária mas também de sensibilizar a população escolar para a importância das florestas e da natureza em geral.
Já no âmbito das comemorações do Dia Internacional das Florestas, a 21 de Março, foi realizado um conjunto de atividades que contaram com a participação de cerca de meia centena de crianças e jovens das escolas do concelho de Ourém. As atividades decorreram junto do Centro de Educação Ambiental e envolveram a limpeza dos resíduos existentes na Mata Municipal e identificação de algumas das árvores pelos alunos do 3.º ciclo. Com os alunos do 1.º ciclo foi desenvolvida uma atividade de produção de papel reciclado.
O Núcleo do Ribatejo e Estremadura tem vindo também a dar continuidade ao programa educativo "Rios e ribeiras da nossa terra" e a responder às solicitações que vão sendo feitas por várias escolas para a dinamização de atividades sobre diversos temas ambientais com a dinamização de ações de sensibilização nas escolas ou em saídas de campo.

Lucília Oliveira

Festival do Nabão - Workshop de plantas aromáticas

Ourémviva

Plantação de azinheira

NÚCLEO DO ALGARVE

Núcleo Regional do Algarve da Quercus

No dia 14 fevereiro com a finalidade de mostrar os estados físicos das substâncias, o núcleo deslocou-se a algumas escolas, para a realização de uma atividade. Assim, fizeram-se sabonetes de glicerina, onde esta no estado sólido passou ao estado liquido e após adição de corantes e aromas, ao estado sólido outra vez. Pretende-se sensibilizar os mais jovens para as questões envolventes ao meio ambiente, sendo um desafio de extrema importância.
No dia 21 março deu-se a comemoração do dia da árvore procurando sensibilizar as crianças para a importância da preservação das árvores e florestas, quer ao nível do equilíbrio ambiental e ecológico, quer em termos de qualidade de vida da população.
No dia 23 março estivemos presentes no Mercadinho de Cacela Velha para divulgação do nosso trabalho junto da comunidade e angariação de mecenas para futuras atividades.

Nélia Alfarrobinha

Actividade Dia da Árvore

NÚCLEO DE BEJA E ÉVORA

Núcleo Regional de Beja e Évora da Quercus

Dia Mundial da Floresta
Mais uma vez estivemos presentes nas actividades de animação que decorreram no dia 21 de Março em Beja. O Núcleo Regional participou com uma animação alusiva à plantação de espécies florestais autóctones, onde os alunos, divididos em pequenos grupos têm de encontrar o local indicado para a plantação de árvores de espécies da nossa flora. Nesta acção participaram 6 turmas de alunos do 5.º ano de escolaridade de escolas desta cidade.

Passeios para observação de flora
Estão a decorrer ao Domingo passeios para observação de flora na região de Beja. Para saber mais contacte-nos através dos telefones 284321326, 968087387, 937788473 ou pelo endereço **bejaevora@quercus.pt .**
Das saídas realizadas é de salientar o passeio na serra da Adiça no passado dia 30 de Março no qual participaram mais de duas dezenas de pessoas que puderam assim desfrutar da observação de muitas de espécies dos habitats calcários daquela serra fronteiriça.

José Luís Margarido

Serra de Ficalho

NÚCLEO DE LISBOA

Núcleo Regional de Lisboa da Quercus

Estufa Urbana - Soluções para uma Vida Sustentável na Cidade
Inaugurado no dia 11 de Novembro de 2013, no Campus da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Estufa Urbana é um projecto inovador, que decorre da parceria entre o Tec Labs - Centro de Inovação, que cedeu o espaço, a Biovilla e a Quercus, através do Núcleo Regional de Lisboa e do Grupo de Educação para a Sustentabilidade, que conjuntamente dinamizam as actividades.
Pretende-se neste espaço promover a realização de iniciativas sobre várias temáticas que procuram dar a conhecer e desenvolver algumas soluções e práticas para uma maior sustentabilidade em área urbana. Cursos e oficinas, acções formativas de sensibilização e educação, criação de um viveiro de árvores e arbustos autóctones, uma pequena produção de hortícolas, plantas aromáticas, medicinais e condimentares, entre outras, são algumas propostas deste projecto multi-temático, que junta diferentes valências.

O início
Foram encetados contactos e algumas reuniões de trabalho entre os parceiros, das quais resultaram a estruturação do Projecto Estufa Urbana.
No sentido de passar à fase de implementação, foi necessário efectuar uma acção de limpeza e organização do espaço da Estufa que decorreu no dia 7 de Novembro, com o envolvimento e participação de mais de uma dezena de voluntários da Biovilla e Quercus Lisboa.
No dia 11 de Novembro, foi efectuada a inauguração da Estufa Urbana, com a apresentação do Projecto e Magusto para os participantes.

As actividades
Salientam-se várias actividades práticas desenvolvidas no âmbito do Projecto Estufa Urbana:
Dias de Mãos na Terra! Realizados ao longo dos vários meses em que já decorre o Projecto, com o envolvimento de vários voluntários que contribuíram para a criação do viveiro, através da recolha de bolotas, sementeiras e manutenção das árvores e arbustos autóctones.
A 18 de Dezembro, no âmbito da iniciativa Almoço Solidário, promovida pelo Tec Labs, a Quercus Lisboa, através do Grupo de Educação para a Sustentabilidade, realizou uma acção de sensibilização sobre a temática da Floresta para crianças, incluindo uma actividade de sementeira na Estufa.
No dia 21 de Março, a Quercus Lisboa também dinamizou uma acção integrada no âmbito da comemoração do Dia Internacional das Florestas, com actividades práticas e a participação de voluntários, que ajudaram na manutenção do viveiro.

Os cursos e oficinas
Um dos objectivos do Projecto Estufa Urbana é a realização de acções formativas, cursos e oficinas sobre diversas temáticas que cada vez mais são solicitadas pelos associados e público em geral.
Alguns exemplos já dinamizados no âmbito da parceria com a Biovilla, à qual se juntou a Urban Grow, foram a acção formativa sobre Plantas Aromáticas, Medicinais e Condimentares e as oficinas de Agricultura Doméstica, Agricultura Vertical, Aquaponia e Bioponia, as quais tiveram forte adesão por parte do público. Relembra-se que os associados da Quercus têm desconto nas iniciativas.

Vanda Marques

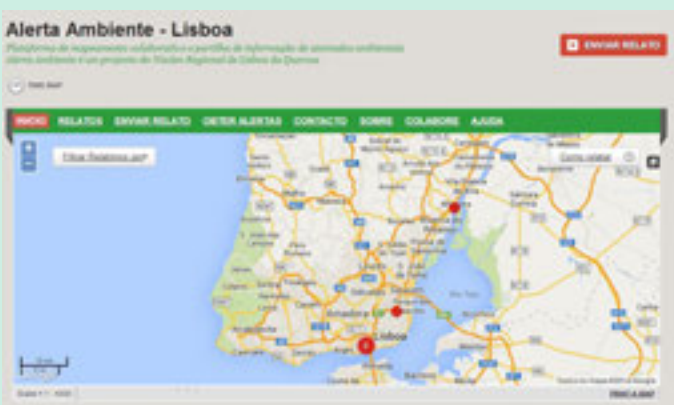
Dia Mãos na Terra! Acção de dia 21 de Março

Divulgação
O Projecto Estufa Urbana – Soluções para uma Vida Sustentável na Cidade dispõe de uma página no Facebook, para além da divulgação realizada pelos meios próprios de cada parceiro.
É de salientar a divulgação do Projecto já efectuada em vários Programas nomeadamente Economia Verde (SIC Notícias), Sociedade Civil (RTP2) e 4 edições do Minuto Verde (RTP1), para além de outras notícias que têm surgido em vários meios de comunicação.

Vanda Marques

Dia de Mãos na Terra! Gravação Minuto Verde

PROJECTO ALERTA AMBIENTE
Alerta Ambiente é um projecto do Núcleo Regional de Lisboa da Quercus que pretende, através do uso de uma plataforma online de mapeamento colaborativo e partilha de informação, constituir um mecanismo eficaz de defesa ambiental na sua área geográfica de actuação (distrito de Lisboa e concelho de Benavente), estimulando deste modo o exercício da participação e cidadania ambiental.
Este projecto surge na sequência da constatação da necessidade de envolver mais os cidadãos nas inúmeras reclamações recebidas por este Núcleo Regional da Quercus. Ao envolver mais os cidadãos na percepção das ocorrência ambientais ao seu redor e, sobretudo, estimulando a que tomem medidas concretas em relação às mesmas, potencia-se a efectiva resolução dos problemas ambientais, proporcionando deste modo meios para que se possa usufruir de uma melhor qualidade de vida e do ambiente.
Os sistemas de mapeamento colaborativo, neste caso ambientais, são ferramentas digitais que possibilitam aos cidadãos ter uma melhor compreensão do território e dos problemas a ele associados, permitindo assim uma melhor protecção do ambiente.
Conheça o projecto e participe em **http://alerta.quercuslx.org**



NÚCLEO DA GUARDA

Núcleo Regional da Guarda da Quercus

Algum dia terá fim a poluição no rio Noéme?
No dia 23 de Março o Núcleo Regional da Guarda da Quercus – A.N.C.N. em parceria com vários presidentes de Juntas de Freguesia por onde o rio Noéme passa assinalou o dia Mundial da Água (dia 22 de Março) com uma caminhada de protesto pela situação de poluição que o rio Noéme se encontra. Tratou-se de um percurso circular com início e fim na aldeia da Gata. Ao longo do percurso foi possível passar por vários pontos do rio Noéme antes e após a descarga poluente que ocorre na ponte da Gata. Na caminhada estiveram presente mais de 100 pessoas. Fica um agradecimento especial ao Clube de Montanhismo da Guarda pela sua participação.
Até ao final de Maio decorrerá um abaixo-assinado que pretende reunir o máximo de assinaturas por parte da população afectada directamente pela situação de poluição em que o rio se encontra e por todos os outros que estejam solidários com a causa. Estão a decorrer em simultâneo recolha de assinaturas na sede do Núcleo Regional da Guarda da Quercus e nas Juntas de Freguesia da Guarda, Casal de Cinza, Vila Garcia, Vila Fernando, Rochoso/Monte Margarida, Cerdeira, Amoreira/Parada e Cabreira e Malhada Sorda. Os interessados deverão contactar directamente os presidentes das Juntas de Freguesia.
Na semana seguinte à caminhada fomos convidados para reunir com a empresa Águas do Zêzere e Côa, responsáveis pela ETAR de S. Miguel (solução encontrada para o encaminhamento do efluente industrial da Fábrica Tavares). Foi-nos dito que desde 2010 há reuniões entre as 3 entidades – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal da Guarda; empresa Águas do Zêzere e Côa e Fábrica Tavares. Foi-nos dito também que a última reunião entre as três entidades foi a 28 de Fevereiro de 2014 na sequência da questão que a Câmara Municipal da Guarda fez às Águas do Zêzere e Côa, a qual os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda divulgaram pelos seus meios.
"(...) foi solicitado à empresa Águas do Zêzere e Côa que informasse esta autarquia sobre a data de início para a recepção das águas residuais nos colectores afluentes à ETAR de S. Miguel (...)"
Na mesma reunião a empresa Águas do Zêzere e Côa justificaram o porquê de ainda não estarem a receber o efluente industrial da Fábrica Tavares. A Fábrica nunca confirmou o caudal e a carga poluente que o efluente contém à saída da Fábrica, valores apresentados pela empresa Águas do Zêzere e Côa na sequência da reunião que houve em 2010.
538 m^3/dia de caudal máximo
CBO – 150 mg/l
CQO – 750 mg/l
SST – 200 mg/l
Azoto – 65 mg/l
Fósforo – 5 mg/l
Neste momento aguarda-se que a Fábrica comunique o caudal e a carga poluente que o efluente industrial apresenta à saída da Fábrica. Até ao dia em que o Núcleo Regional da Guarda teve a reunião com a empresa Águas do Zêzere e Côa, dia 27 de Março, a Fábrica ainda não tinha respondido. É caso para perguntar, algum dia terá fim a poluição do rio Noéme?

Ricardo Nabais

Caminhada pelo Noéme

Quercus à conversa
A iniciativa "Quercus à conversa" pretende debater problemas da actualidade e reunir a sociedade para discutir assuntos ligados ao meio ambiente, chamando desta forma a atenção para algumas questões mais graves. Esta iniciativa tem lugar uma vez por mês, regra geral na última segunda-feira do mês, e num lugar público na cidade da Guarda e aberto à população em geral.
O Núcleo Regional da Guarda da Quercus pretende também com esta iniciativa envolver cada vez mais a população e levá-la a interagir com o Núcleo. O primeiro "Quercus à conversa" foi muito participativo e o tema abordado foi a Agricultura familiar, a convidada foi a professora Ludovina. O segundo foi sobre a água e contou com a presença do professor Pedro Rodrigues da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda. Tal como no primeiro este também foi bastante participativo. Até ao final do ano mais "Quercus à conversa" serão realizados mensalmente. Se quiser propor algum tema que queira ver debatido envie-nos a sua sugestão através dos contactos habituais do Núcleo (guarda@quercus.pt ou 931 104 568).

NÚCLEO DE PORTALEGRE

Núcleo Regional de Portalegre da Quercus

Palestra "A Quercus e a biodiversidade"
Nuno Sequeira proferiu uma palestra no dia 22 de março com o tema "A Quercus e a biodiversidade". Iniciou-se uma parceria do Núcleo Regional de Portalegre da Quercus e a Associação Cultural FICAR de Portalegre consistindo em palestras da Quercus onde se pretendem debater temas ambientais, temas que aumentem a nossa sensibilidade e responsabilidade pela preservação da natureza.

José Janela

Percurso pedestre

Percurso pedestre de Alegrete
No dia 5 de abril realizou-se o percurso pedestre de Alegrete, concelho de Portalegre. Quando passam 25 anos da criação do Parque Natural da Serra de São Mamede o Núcleo Regional de Portalegre da Quercus pretende levar a cabo várias iniciativas nos concelhos de Portalegre, Arronches, Castelo de Vide e Marvão. Pretende-se sensibilizar os participantes para a importância desta área protegida, assim como para a valorização e conservação dos seus valores ambientais e paisagísticos, promovendo de igual forma, práticas activas de usufruto sustentável dos mesmos. No percurso pedestre puderam observar-se várias espécies, desde vegetais, como a planta carnívora Erva-pinheira-orvalhada (*Drosophyllum lusitanicum*), a várias espécies de aves de rapina como a Águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), símbolo do Parque.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

QUERCUS REFORÇA PARTICIPAÇÃO NA ÁREA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Grupo de Trabalho da Água

Projecto dQa, apoiado pelos EEA Grants, teve início em fevereiro.

O Grupo de Trabalho da Água da Quercus obteve, em Fevereiro de 2014, a aprovação do Projeto "dQa - - Cidadania para o acompanhamento das políticas públicas da água", um projeto apoiado pelo Programa Cidadania Ativa – EEA Grants, gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian, e que nos próximos dois anos será desenvolvido em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente e a ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Entre os objetivos deste projeto destacam-se os seguintes:
1) Exigir o cumprimento da legislação comunitária em matéria de recursos hídricos, sensibilizando e influenciando os decisores políticos e a população em geral para a necessidade do cumprimento das Diretivas relativas à qualidade da água - Diretiva Quadro da Água, e ao tratamento das águas residuais – Diretiva relativa ao tratamento de águas residuais, assegurando assim a melhoria da qualidade dos nossos cursos de água e do tratamento de efluentes provenientes do saneamento urbano e industrial. Apesar dos notáveis progressos nesta matéria, nos últimos 20 anos, Portugal ainda se encontra longe de alcançar as metas estipuladas no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais — o PEAASAR, que pretendia alcançar, até 2013, 90% de cobertura no tratamento de águas residuais.
2) Influenciar uma melhoria no desempenho ambiental dos prestadores de serviços na área da água, nomeadamente através da criação de um barómetro com o ranking das entidades e autarquias ao nível do saneamento e da qualidade das massas de água;
3) Incentivar a participação dos cidadãos nas questões relacionadas com os recursos hídricos, desenvolvendo ferramentas online que permitam um envolvimento mais direto dos cidadãos na identificação de pressões sobre os recursos hídricos;
4) Capacitar a Quercus para um acompanhamento eficaz das políticas públicas a longo prazo.

No intuito de alcançar os objectivos propostos no projecto dQa, agora aprovado, a Quercus prevê a sua actuação sob várias componentes, nomeadamente através da disseminação de um amplo programa de comunicação e informação e do desenvolvimento de diversas acções de sensibilização mas também de acções de carácter formativo e informativo. Entre as acções previstas destacam-se as seguintes:
a) Promover o diálogo ativo com decisores políticos e dirigentes de topo da Administração Pública;
b) Criar uma acção em rede para a monitorização da qualidade da água em rios e ribeiras identificados como problemáticos, formando equipas locais de ativistas voluntários para a monitorização de parâmetros simples e adquirindo competências e equipamentos laboratoriais para análises mais complexas;
c) Identificar as principais reservas estratégicas de água, essenciais ao abastecimento público e criar uma ferramenta interativa online onde cidadãos, entidades públicas e privadas e autoridades possam participar quer na sua atualização, quer na utilização dos dados disponibilizados;
d) Implementar um sistema de emissão de posições públicas relativo à análise de projectos públicos e privados, sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental, que possam implicar risco de degradação dos recursos hídricos;
e) Dinamizar acções formativas para uma correta utilização dos recursos hídricos junto da comunidade cigana.

Já no âmbito deste projeto, e também como forma de assinalar o Dia Mundial da Água que se celebra a 22 de Março, a Quercus levou a cabo no passado dia 24 de Março uma ação pública de sensibilização que exigia o alcançar da meta dos 90% da população portuguesa com águas residuais tratadas até 2020. Esta ação consistiu na apresentação ao Ministério do Ambiente de uma ETAR compacta, produzida em Portugal com recurso a tecnologia portuguesa, como estratégia para o tratamento dos efluentes urbanos em pequenos e médios aglomerados populacionais do território nacional. Nesta acção, a Quercus ofereceu ainda simbolicamente ao Ministério do Ambiente um Amieiro (*Alnus glutinosa*), uma das espécies características da vegetação ripícola portuguesa que em muito contribui para a filtração e depuração das águas dos nossos sistemas ribeirinhos. Esta acção pública, que teve o apoio da empresa ECODEPUR®, culminou com o lançamento de um concurso para atribuição da ETAR apresentada, dirigido às autarquias que reúnam um conjunto de critérios estipulados em regulamento. Para mais informações consultar:
www.quercus.pt/comunicados/2014/marco/3489-quercus-e-ecodepur-oferecem-etar-compacta-para-tratamento-de-efluentes-urbanos#concurso

Esta foi a primeira de várias ações previstas no decurso deste projecto, que pretende ser um meio de sensibilização e influência junto dos dirigentes políticos.

Sara Campos

Acção Pública de Sensibilização

Sara Campos

Oferta simbólica de Amieiro

SUPLEMENTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Grupo de Trabalho da Conservação da Natureza

ecotone

PROJECTO LIFE ECOTONE

RECUPERAÇÃO DE BIVALVES DE ÁGUA DOCE AMEAÇADOS EM PORTUGAL

Joaquim Reis[1,2], Alexandrina Pipa[1], Sandra Vieira[1] & Paulo Lucas[1]

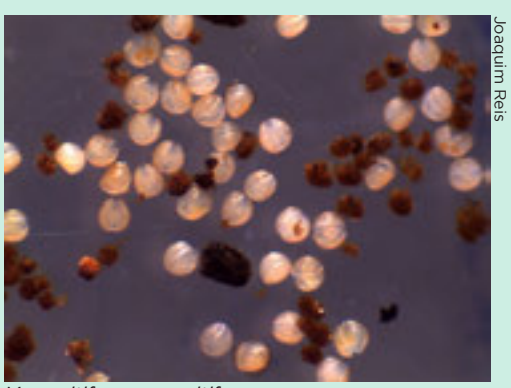
Em 2012 teve início o projecto LIFE ***"Ecotone - Gestão de habitats ripícolas para a conservação de invertebrados ameaçados"***. O seu objectivo central é conceber, implementar e avaliar metodologias de gestão activa do habitat prioritário - 91E0 *Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (*Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae*) – para incrementar populações de odonatos (*Oxygastra curtisii, Gomphus graslinii e Macromia splendens*) e melhorar o estado de conservação das populações de náiades ameaçadas [*Margaritifera margaritifera e Unio tumidiformis (=Unio crassus)*]. O projecto vai desenvolver-se em troços de dois cursos de água com características diferenciadas, localizados nos SIC "Rio Paiva" (PTCON0059) e "Costa Sudoeste" (PTCON0012), prevendo-se diferentes abordagens em função das características dos locais intervencionados: o rio Paiva é um curso de água com caudal permanente, com águas bem oxigenadas; enquanto que a ribeira do Torgal apresenta padrões de caudal altamente variáveis, quer sazonalmente, quer interanualmente, que lhe conferem um regime hidrológico temporário.

Para além de diversas intervenções a nível do habitat dos rios, o projecto prevê desenvolver um programa de reprodução ex situ das duas espécies de Náiades [*M. margaritifera e U. tumidiformis (=U. crassus)*] e dos respectivos hospedeiros [Truta – *Salmo trutta* (forma sedentária) e Escalo-do-Mira - *Squalius torgalensis.* Este programa pretende dar suporte a técnicas de reforço das populações de ambos com resultados previsíveis. A população de *M. margaritifera* do rio Paiva evidencia uma regressão continuada, causada sobretudo pela redução da população de *Salmo trutta* no rio. A espécie poderá pois beneficiar das acções de melhoria de habitat que também favorecem o seu hospedeiro. No entanto, a sua recuperação pode ser potenciada e acelerada através de um programa de reprodução em cativeiro e reforço com os juvenis assim criados. Por outro lado, a população de *Unio tumidiformis* no rio Torgal é extremamente reduzida, devido em grande parte à falta de pêgos permanentes, ou seja, de zonas onde em anos de seca severa se mantém água e onde o habitat é muito estável. Estes são os únicos locais onde os Mexilhões-de-rio podem sobreviver e completar o seu ciclo de vida, pelo que um dos objectivos principais do projecto foi a identificação destes locais. A criação de outras massas de água permanentes associada ao seu povoamento com juvenis criados em cativeiro tornam possível um melhoramento da população a curto/médio prazo.

O primeiro ano do projecto foi dedicado a preparar as instalações da estação aquícola de Campelo para a reprodução dos bivalves, assim como à caracterização do estado das populações. No final de 2012 foi já possível iniciar o programa de reprodução em cativeiro de *Margaritifera margaritifera*, e em 2013 o de *Unio tumidiformis*, sendo aqui apresentado um resumo dos primeiros resultados.

MARGARITIFERA MARGARITIFERA

Para iniciar o programa de reprodução em cativeiro foram adquiridas 125 trutas *Salmo trutta fario* e instaladas em duas *race-ways* na estação aquícola de Campelo. Em Setembro de 2012 foram capturadas no rio Paiva 12 fêmeas de *M. margaritifera* com gloquídios maduros, tendo sido transportadas imediatamente para Campelo. Em cada *race-way* foram colocadas seis fêmeas semi-enterradas em substrato arenoso, ao mesmo tempo que foram misturados os gloquídios libertados durante o transporte na água das *race-ways.* O sucesso da operação foi comprovado ao fim de três dias, observando os gloquídios enquistados nas brânquias das trutas. Após o período expectável da fase parasítica, as trutas foram transferidas em Abril de 2013 para tanques cónicos preparados para a recolha de juvenis. Os primeiros juvenis foram detectados a partir do dia 14 de Abril, com a ajuda de uma lupa binocular (Leica® EZ4 HD). No total foram recolhidos 85.242 juvenis, recolhidos ao longo dos 2 meses seguintes. Os juvenis recolhidos foram então colocados em diferentes condições de crescimento, sendo os que foram colocados em sistema fechado alimentados com algas (*Scenedesmus* sp. e *Nanochloropsis* sp.), detritos (locais e recolhidos em lameiros) e extracto de amieiro. Os juvenis mantidos desta forma foram contados semanalmente e medidos com recurso a uma lupa binocular. Os resultados preliminares mostram que em 20 semanas alguns juvenis chegam a alcançar 1,4mm de comprimento (Figura 1).



Joaquim Reis

Margaritifera margaritifera

Alexandrina Pipa

Unio tumidiformis

Unio tumidiformis

Para iniciar o programa de reprodução em cativeiro de Unio tumidiformis foram selecionados 100 Bordalos (S*qualius alburnoides*) nascidos em cativeiro na estação aquícola de Campelo. Esta espécie é um dos hospedeiros conhecidos de *Unio tumidiformis*. Foram capturadas 16 fêmeas grávidas no rio Torgal em Junho de 2013. Os gloquídios foram recolhidos à medida que as fêmeas os libertaram, sendo imediatamente utilizados para infectar os peixes. Estes foram imediatamente transferidos para os tanques de recolha de juvenis. Foram obtidos juvenis a partir do 8º dia após a infecção e durante um máximo de 9 dias, estando o processo finalizado ao fim de aproximadamente 2 semanas. No total foram recolhidos 25.686 juvenis. Parte dos juvenis foram colocados em sistema fechado, em pequenos recipientes com água e alimentados com algas (*Scenedesmus* sp. e *Nanochloropsis* sp.). Os juvenis colocados em sistema fechado foram contados e medidos semanalmente. O crescimento destes juvenis variou muito ainda que nas mesmas condições, sendo mais rápido do que para *M. margaritifera*, tal como evidencia a dimensão máxima registada a cada semana (Figura 2).

Tanto no caso de *Margaritifera margaritifera* como no caso de *Unio tumidiformis*, foram colocados juvenis em sistemas de retenção ou substrato arenoso nas *race-ways* da estação aquícola de Campelo e directamente nos rios de origem dos progenitores. Estes juvenis não foram alimentados artificialmente e serão monitorizados na primeira metade de 2014.

Os primeiros resultados dos programas de reprodução em cativeiro das duas espécies de Náiades são muito encorajadores, mesmo no caso de *Unio tumidiformis*, uma espécie endémica no sudoeste Ibérico que nunca foi alvo deste tipo de programas e para o qual não existem protocolos estabelecidos. Espera-se que no final do projecto se venham em reintroduzir os juvenis criados em cativeiro já com uma dimensão que maximize a sua probabilidade de sobrevivência, em locais apropriados do rio, que benefeciaram das acções de melhoramento de habitat previstas no projecto e actualmente em curso.

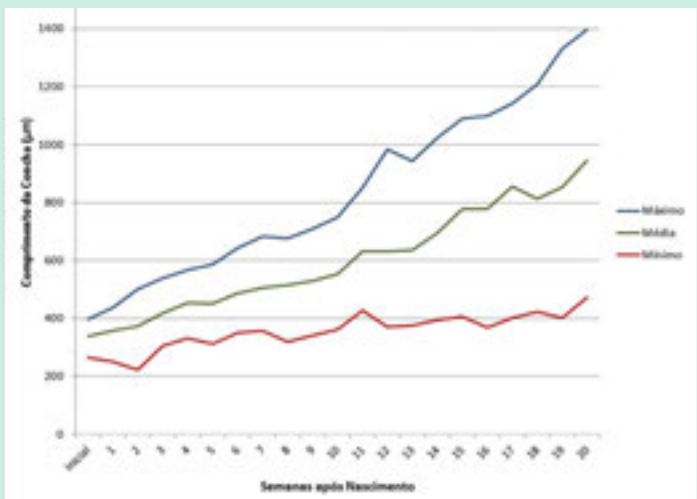


Figura 1. *Crescimento dos juvenis de Margaritifera margaritifera em sistema fechado.*

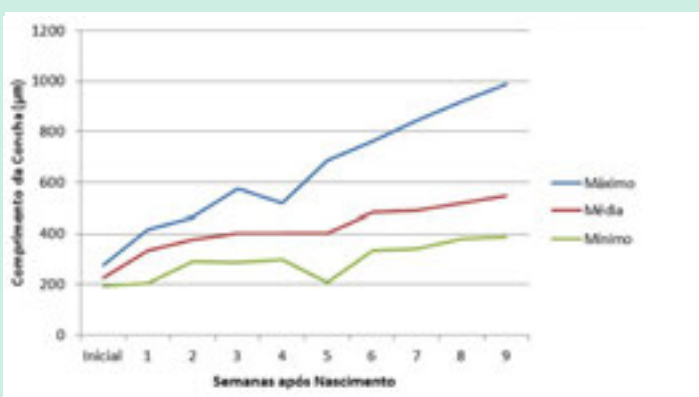


Figura 2. *Crescimento de Unio tumidiformis nascidos em cativeiro e mantidos em sistema fechado, alimentados com algas.*

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótone

[1] Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza
[2] *Instituto Português de Malacologia*

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótone

MICRO-RESERVAS

Eurico Lança

Trabalhos na micro-reserva de Casais Novos - abrigo de morcegos

Micro-reserva Biológica dos Colmeais
Nesta micro-reserva, situada em Beringel, no concelho de Beja, foram efectuados mais uma vez trabalhos de limpeza dos caminhos e trilhos de visita e podas no olival tradicional que aqui existe. A vegetação tem nesta primavera um aspecto exuberante após a chuva abundante de início de Abril. Decorreram nas últimas semanas duas visitas guiadas a esta micro-reserva.
Trabalho de Campo na micro-reserva da Peninha
Tiveram lugar mais duas jornadas de trabalho na micro-reserva da Peninha no Parque Natural de Sintra Cascais. Nesta área de grande interesse botânico, o trabalho foi dirigido especificamente para podas de formação nos pequenos carvalhos *Quercus pyrenaica*, plantados nos últimos anos, controlo de vegetação arbustiva e plantação de mais algumas dezenas de árvores fazendo a retancha nos locais onde secaram as anteriormente plantadas.
Micro-reserva do Outeiro
Nesta micro-reserva do concelho de Cuba, destinada à conservação de *Linaria ricardoi*, decorreram duas jornadas de limpeza de canavial na margem da ribeira que a limita a norte e intervenções no freixial que entretanto tem estado em recuperação no leito de cheia associado a esta linha de água.
Micro-reserva – abrigo de morcegos de Casais Novos
Nesta micro-reserva onde existe um importante abrigo de morcegos, decorreram nas últimas semanas trabalhos de manutenção da vedação que envolve a área da entrada e foi colocado um portão mais robusto no acesso a esse espaço. Esta intervenção visou reforçar as condições de segurança limitando ainda mais o acesso a pessoas e a perturbação no interior da gruta.

LIFE TAXUS

RESTAURAR BOSQUETES DE TEIXO [9580* FLORESTAS MEDITERRÂNICAS DE *TAXUS BACCATA*] (LIFE12 NAT/PT/000950)

Nuno Forner

O projeto LIFE TAXUS tem como objetivo central contribuir para a recuperação deste habitat prioritário, de forma a manter a diversidade do mosaico florestal, melhorando as áreas existentes e incrementando a área de ocupação na Rede Natura 2000. De forma a alcançar este objetivo, pretende-se promover ações que favoreçam a regeneração natural e/ou reduzam os riscos de incêndio, com a limpeza de caminhos e das orlas dos bosquetes, promover a conexão entre as várias áreas onde o habitat e incremento da área de ocupação, e incremento da área de ocupação com a plantação de espécies características do habitat onde o Teixo domina ou co-domina, em conjunto com espécies como o Azevinho (*Ilex aquifolium*), a Tramazeira (*Sorbus aucuparia*) ou o Bidoeiro (*Betula celtiberica*). As plantas a utilizar estão a ser produzidas *ex situ* nos viveiros florestais do Sabugal, geridos pelo ICNF.

Durante os primeiros nove meses de implementação do projeto, iniciado em julho de 2013, foram realizados vários progressos, entre os quais merecem destaque:
• Implementação do sítio electrónico do projeto, que até à presente data conta com mais de 12 000 visualizações.
• Conclusão da primeira fase de caracterização do habitat, realizado pelo Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, da qual resultou a elaboração de um relatório intercalar que se encontra disponível no sítio do projeto.
• Definição das linhas gerais de atuação do projeto, definição das áreas potenciais a intervir no âmbito da melhoria do estado de conservação e incremento da área de habitat.
• Conclusão da primeira fase de recolha de sementes no Sítio de Importância Comunitária Serra da Estrela, nomeadamente *Pyrus cordata, Ilex aquifolium, Sorbus aucuparia* e *Taxus baccata*.
• Preparação dos painéis informativos a instalar nos Sítios de Importância Comunitária Peneda-Gerês e Serra da Estrela.
• Primeira apresentação pública do projeto às comunidades locais, a qual decorreu no Salão Nobre da Câmara Municipal de Manteigas, e contou com a participação de cerca de 50 elementos dos Municípios de Manteigas, Covilhã e Seia.

O projeto envolve diversas entidades
O projeto coordenado pela Quercus conta localmente com o apoio de diversas entidades, que de forma direta ou indireta contribuem para o alcançar dos objetivos definidos no projeto, nomeadamente o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), o Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de São Pedro, o Conselho Diretivo dos Baldios de Unhais da Serra, a Assembleia de Compartes da Lapa dos Dinheiros e o Conselho Diretivo dos Baldios de Unhais da Serra.
O acompanhamento científico está a cargo do CEG – IGOT (Centro de Estudos Geográficos – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa).
Este projeto é cofinanciado pelo programa LIFE+ da União Europeia e pela Valormed – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos.
Para mais informações visite o sítio do projeto em **http://lifetaxus.quercus.pt**

Paulo Rocha Monteiro

Arilo de teixo

Nuno Forner

Equipa do CEG-IGOT em saída de campo na Serra da Estrela

PROJECTO HIGRO

ACÇÕES DEMONSTRATIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DE HABITATS PRIORITÁRIOS DE MONTANHA NO NORTE DE PORTUGAL (LIFE09 NAT/PT/000043)

Guião de exploração sobre habitats prioritários de montanha (frente)

A possibilidade de prolongar o projecto HIGRO até Junho de 2014 permitiu consolidar os trabalhos de gestão dos dois habitats prioritários (urzais-tojais higrófilos e cervunais), promover a divulgação dos resultados e dos impactes sobre as comunidades vegetais e/ou os invertebrados, bem como planear a conservação das áreas contratualizadas no futuro. Existe ainda a possibilidade de ampliar a área contratualizada, tendo em conta a recente descoberta de terrenos na serra do Alvão onde ocorrem os dois habitats acima referidos.
Ao nível da sensibilização e divulgação, nesta última fase merece destaque a realização de um *Workshop* para técnicos a 30 de Maio de 2014, a elaboração de um caderno de boas práticas e de um relatório para leigos, bem como a apresentação de uma comunicação oral no VIII Congresso de Ornitologia da SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves. Os nove percursos interpretativos estão devidamente marcados no terreno e os três folhetos de apoio disponíveis na internet (http://higro.org/publicacoes/), Municípios, Juntas de Freguesia, Postos de Turismo e cafés das aldeias. A exposição interpretativa já percorreu 14 locais e recebeu a visita de cerca de 2.500 pessoas entre Julho de 2013 e Abril de 2014, prevendo-se que continue a ser exibida depois de Junho de 2014. Para apoio à divulgação do HIGRO foi produzido um documentário, que está disponível na internet em português (www.higro.org) e em inglês (www.higro.pt.vu/), e editados um folheto e uma brochura (www.higro.org/publicacoes/). No último trimestre de 2013 o projecto foi difundido através de várias reportagens e programas televisivos (www.higro.org/tv/).

Os objectivos previstos nas acções de gestão activa dos habitats foram plenamente alcançados e, por vezes, superados, tendo-se efectuado a roça de matos em 50 hectares, a promoção do pastoreio em 158 hectares e o restauro da hidrologia natural em 124 hectares. Apenas a instalação de vedações fixas/amovíveis ficou 14% aquém do esperado porque os 8,6 Km construídos são suficientes para as necessidades.
Os resultados da monitorização dos efeitos das acções de gestão sobre as comunidades vegetais e os invertebrados estão sintetizados em, pelo menos, quatro artigos científicos submetidos, ou a submeter, a revistas nacionais e internacionais. De seguida apresentam-se alguns resultados obtidos em três ensaios.

1. Avaliação do restauro da hidrologia, roça e exclusão de uso actual.

• A área coberta por vegetação aumentou consideravelmente nas parcelas vedadas, ou seja, onde se excluiu o uso actual (pastoreio e/ou roça de matos).
• O número de plantas de *Serratula tinctoria* ssp. *seoanei* diminuiu nas áreas vedadas devido ao desenvolvimento das espécies arbustivas de crescimento rápido e com menor interesse conservacionista (e.g. Tojo-molar *Ulex minor*).
• Na serra de Arga, o único exemplar de *Carex durieui,* um endemismo ibérico em perigo de extinção no país, beneficiou da presença de uma vedação.
• Nas áreas inundadas pelo restauro da hidrologia o grau de cobertura diminuiu para o Cervum (*Nardus stricta*), mas aumentou para outras herbáceas como a *Festuca rothmaleri* e o Quinquefólio (*Potentilla erecta*).
• A roça de matos tem um efeito muito positivo nas comunidades de herbáceas em detrimento do urzal-tojal, beneficiando espécies de pequeno porte típicas dos cervunais (e.g. *Galium saxatile*).

2. Avaliação do efeito da roça na floração da Genciana-das-turfeiras (Gentiana pneumonanthe) e nas posturas de Borboleta-azul-das-turfeiras (Phengaris alcon), efectuada em Montemuro e Alvão.

• Ao abrir espaços na vegetação, a roça promove um aumento significativo da densidade de núcleos de Genciana-das-turfeiras e do número de botões florais nessa espécie.
• O número de posturas de Borboleta-azul-das-turfeiras aumenta com o número de botões florais por núcleo de Genciana-das-turfeiras, pelo que a roça pode beneficiar a reprodução dessa borboleta.
• A ausência de roça produz uma redução significativa de núcleos de Genciana-das-turfeiras, sendo este efeito maior nas áreas dominadas por Tojo-molar.

3. Avaliação da instalação de novos núcleos de Urze-dos-brejos (Erica tetralix), Lameirinha (Erica ciliaris) e Tojo-molar realizada em Montemuro.

• Os melhores resultados foram obtidos através do espalhamento de terra com sementes sobre solo nu, tendo germinado plantas em 50% das parcelas de Urze-dos-brejos e em 75% das parcelas de Lameirinha.
• A sobrevivência das plantas de Tojo-arnal transplantadas ascendeu aos 59%.

A riqueza específica e a abundância de borboletas aumentou entre 2012 e 2013, tendo-se verificado um incremento de 11 espécies. Igual tendência foi registada para as libélulas e libelinhas (Odonata) com um acréscimo de três espécies. Estes resultados indiciam que as medidas de gestão dos habitats implementadas podem ter favorecido o aumento da diversidade e a abundância de Odonata e borboletas. De realçar que em Montemuro foram observadas seis espécies de borboletas em perigo de extinção, das quais três também estão presentes no Alvão e uma delas na serra de Arga (*P. alcon*).
O plano de conservação pós-LIFE+ que está em fase de conclusão irá definir as orientações de gestão futura das áreas contratualizadas.

Contactos: Paulo Monteiro
Tel.: (00351) 93 999 21 88 | E-mail: higro@quercus.pt

Este projecto é co-financiado pelo programa LIFE+ da União Europeia.
Para mais informações visite o sítio do projecto em **www.higro.org**

LIFE - INOVAÇÃO CONTRA ENVENENAMENTOS

AVANÇOS DE TRÊS ANOS DE PROJECTO NA LUTA CONTRA OS ENVENENAMENTOS

No âmbito do projecto internacional LIFE - NAT533ES "Inovação contra envenenamentos" estão a ser implementadas um conjunto de ações no Tejo Internacional. Os Projectos estão a decorrer como o previsto e as acções no terreno estão a avançar com bons resultados.

Acção C3 – Acções dirigidas para a rede de caçadores contra o veneno –ENHAIP

Foram assinados acordos de adesão ao projecto com 16 zonas de caça que aderiram à Rede Europeia de Zonas de Caça contra o Veneno - ENHAIP, cumprindo assim 100% dos objectivos previstos no projecto. Com estes acordos o nível de colaboração das zonas de caça responsáveis com os parceiros e outras organizações relacionadas com a luta contra o veneno melhorou significativamente. Recebemos 11 denúncias (8 de fora da área piloto) sobre episódios de envenenamentos de caçadores aos técnicos de campo. Num total de 28 casos de casos de intoxicação, 27 indiciam estar associados com a atividade cinegética. Muitos destes casos ainda estão sob investigação das autoridades. Recebemos 14 queixas sobre problemas com cães e gatos assilvestrados. Registamos 4 danos causados por cães de caça , na sua maioria cães de matilhas de caça maior.

Samuel Infante

Armadilhagem fotográfica de espécies bioindicadoras nos alimentadores de abutres geridos em parceria com as zonas de caça. Na imagem são visíveis dois Abutres-pretos (Aegypius monachus) e 5 Abutres-do-egipto (Neophron percnopterus).

Promovemos quatro ações de coordenação de parceiros com as autoridades para resolver os problemas dos cães assilvestrados nas zonas de caça. Realizamos 27 visitas técnicas a membros da ENHAIP sobre a gestão sutentável da caça. Promovemos 23 reuniões e participámos em dois seminários sobre a gestão da caça com a participação de técnicos de campo. Promovemos cinco avaliações técnicas sobre gestão de predação. A Raposa (*Vulpes vulpes*), o Javali (*Sus scrofa*) e os cães assilvestrados (*Canis familiaris*) são responsáveis pela maioria das queixas de predação. O Saca-rabos (*Hepestes ischemoon*) e as Pegas-azuis (*Cyanopica cyana*) também são citados como predadores importantes.
Realizámos diversos procedimentos de forma a gerir conflitos entre as partes interessadas sobre a predação e 19 sobre a caça ilegal.
No âmbito do trabalho em rede com as zonas de caça tem sido possivel depositar carcaças (veado e javali) proveneintes da actividade cinegética nos alimentadores de aves necrofagas da Quercus no Parque Natural do Tejo Internacional. Desta forma estamos a contribuir para a minimização do grave problema da falta de alimento diponível nos campos, motivada por questões sanitárias. Actualmente continua em funcionamento o SIRCA - Sistema de Recolha de Animais Mortos nas Explorações, criado em 2003. Recordamos que este sistema foi implementado após a crise da BSE (vulgo "doença das vacas loucas") e através do mesmo são recolhidos das explorações de gado em Portugal continental cerca de mil cadáveres de ovinos, bovinos, equídeos e caprinos por dia, retirando dos campos milhares de toneladas de alimento que estava diponivel para as aves necrófagas.
Com esta acção estamos a resolver o problema de eliminação de carcaças de animais nas zonas de caça e a contribuir para a conservação de espécies de aves ameaçadas. A Quercus tem monitorizado a utilização dos alimentadores pelas espécies alvo com recurso à fotoarmadilhagem e observação directa. Com esta monitorização tem sido possivel controlar diversas aves marcadas no âmbito da acção A8 espécies bioindicadores.
Estes alimentadores desempenham um papel fundamental para a conservação de várias espécies ameaçadas como a Águia-imperial-ibérica, o Abutre-preto, o Abutre-do egipto, entre outras.

José Quezada

Armadilhagem fotográfica para avaliação da predação

Samuel Infante

Captura de cães assilvestrados que provocam ataques e prejuízos no gado doméstico e nas espécies cinegéticas.

Utilização ilegal de iscos envenenados

O uso ilegal de iscos envenenados é a principal causa de morte não natural para várias espécies em perigo de extinção a nível europeu, tais como a Águia-imperial-ibérica, o Abutre-negro, o Quebra-ossos, entre outros, e é uma das causas principais de morte não natural para outras espécies em perigo como o Lobo ou o Urso.

Mais informação:
www.lifeagainstpoison.org/
www.facebook.com/pages/Innovation-Against Poison/175227379222842?ref=hl

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótone

Este suplemento é co-financiado pelo Programa Life+ da União Europeia, no âmbito do projecto Ecótone

SUPLEMENTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

PROJECTO LIFE HABITATS CONSERVATION

Estão a decorrer as acções de monitorização da vegetação com vista a avaliar o impacto do pastoreio pelos caprinos nas áreas do projecto, de modo a adequar os níveis de encabeçamento e o ritmo de passagem dos animais nos percursos previamente definidos.
No que toca à actividade do secador de plantas do Bairro, instalação destinada à secagem de plantas medicinais, aromáticas e condimentares, inicia-se agora mais uma época de utilização desta infra-estrutura que é propriedade do ICNF, IP entidade com a qual se estabeleceu uma parceria de colaboração, no âmbito deste projecto LIFE.
Teve lugar um passeio pela serra de Aire com alunos da turma D do 8.º ano da escola EB 2,3 Manuel de Figueiredo, que ganharam o 1º prémio da categoria "conto literário" no nível do 3.º ciclo, no programa educativo "Há vida na Serra".
No dia 20 de Março, uma turma de alunos do 11.º ano do Curso Profissional de Técnico de Gestão Ambiental, do Centro de Estudos de Fátima, passou o dia com o rebanho de cabras gerido pela Junta de Freguesia.
Esta iniciativa prende-se com um projecto que a Junta de Freguesia de Fátima pretende desenvolver, direccionado a todas as escolas que queiram passar um dia com o rebanho. Os alunos puderam acompanhar a ordenha, a separação dos animais, o pastoreio e assistir a uma palestra sobre a fauna e flora no Barreiro Galvão, onde a técnica do projecto também fez a apresentação dos objectivos do mesmo.
Estivemos presentes no Festival do Almonda, onde participámos no passeio à Serra, divulgando o projecto e os valores naturais da região; durante o passeio os participantes contactaram com o rebanho de cabras afecto a este projecto nas áreas de pastoreio da freguesia de Pedrogão.
Apresentamos neste número do jornal Quercus Ambiente mais um dos trabalhos vencedores nas diversas categorias a que concorreram as 14 escolas inscritas no programa educativo "Há vida na Serra".

Com o apoio do ICNF, IP:

Dário Cardador

Secador do Bairro

Escola EB 2,3 Manuel de Figueiredo

Visita à serra com a escola de Torres Novas

Junta de Freguesia de Fátima

Visita ao estábulo: alunos do CEF de Fátima

QUANDO TUDO MUDOU

Naquele dia acordei cedo, demasiado cedo. O barulho ensurdecedor, nada melodioso, nada natural não me deixava pregar olho. Não era vulgar ouvirem-se barulhos logo de manhã que não fosse o assobio da cotovia Isabela, o sibilar da cobra cornuda Ester ou a água cristalina, cheia de pressa, a saltitar nas grandes rochas calcárias tentando descobrir novas grutas.
- Mas o que se está a passar? -pensei eu muita assustada, pois não passo de uma geneta que mais não quer que o seu sossego da Serra. É verdade, já cá vivo faz uns bons anos! Os meus pais e os meus avós também já percorriam estas encostas da Serra de Aire ou de Candeeiros. Estão tão agarradinhas, estas duas serras, que por vezes não sei se estarei numa ou noutra!...
Bem, fui dar uma espreitadela. Queria saber o que me perturbou o sono!...
- Oh! O que é aquilo?! -tal não foi o meu espanto quando vi umas máquinas barulhentas a limpar os matos que já tapavam a entrada da minha toca. Parece que, finalmente, alguém se lembrou de nós...
As histórias do meu avô assolaram-me a memória, já em tempos idos que estas serras eram a vida de muitas vidas, os habitantes humanos passavam cá muito do seu dia. Colhiam plantas como os orégãos, que utilizavam nos seus cozinhados, ou a salva, para as dores de barriga, enquanto guiavam os seus rebanhos que preenchiam a paisagem. A Serra andava cuidada, limpa. Raramente se ouviam desgraças por estes lados. Depois tudo mudou... abandonaram-nos ao nosso destino... porque somos muitos os que aqui vivem.
Os anos foram passando e as plantas foram crescendo de forma desgovernada, não havia ninguém para cuidar e nós não sabíamos como fazê-lo... mal conseguia sair da minha toca para procurar alimento...
Aquele dia foi terrível, acordei com os gritos da cotovia Isabela e da vizinha perdiz, D. Rosa, com as suas pequenas crias. Coitadas, estavam mesmo assustadas! Saí da minha toca e quase fui atropelada pelo javali Igor, que corria a bom correr, perseguido por grandes labaredas com denso fumo. Todos gritavam "É fogo! O fogo vem aí! Fujam!"
De repente, tudo desapareceu dando lugar a um manto de cinza e escuridão. Muitos de nós ficámos feridos, as manchas negras da minha pelagem não se distinguiam do sujo da queimada...
Os meus amigos começaram a ir embora daqui, ninguém queria viver num sítio tão destruído. A D. Rosa foi-se embora, disse que iria procurar um lugar mais bonito onde os seus filhotes pudessem ser felizes.
Aqui há uns dias, a cotovia Isabela veio fazer-me uma visitinha. Ela anda sempre a bisbilhotar sobre o que se passa na Serra.
- Sabes o que se anda aqui a passar? -disse a Isabela.
- Não! -exclamei.
- Pois bem, amiga Raquel, a semana passada estava eu no meu raminho de azinheira, a mirar a paisagem quando ouvi umas pessoas a falar. Olhei para baixo e lá estavam eles! -afirmou a Isabela.
- Mas eles quem?! -questionei muito curiosa.
- Não sei, não sei. Só sei que se chamam QUERCUS e vêm para nos ajudar! -respondeu a Isabela com ar altivo.
- Seja o que for, para mim, já são nossos amigos! -retorqui empolgada.
A vida da Serra vai mudar, vai sim. E por todo este frenesim de maquinaria que ouço mais me convenço disso. Estou desejosa de rever a D. Rosa. Quando voltar, conseguirei vê-la ao longe, escondida nas gramíneas ou a cheirar um narciso, reconhecerei o seu sorriso.

Autores: 7ºD da Escola Básica 2/3 D. Afonso, 4º Conde de Ourém
3º ciclo - categoria "conto literário"

CONFUSÃO TOTAL NA PRIVATIZAÇÃO DA EGF

CIR - Centro de Informação de Resíduos

O Governo pretende privatizar a Empresa Geral do Fomento (EGF), empresa pública responsável pela gestão de mais de 60% dos resíduos urbanos, com o objetivo de arrecadar receitas para melhorar as contas do Estado. No entanto esta operação encerra riscos elevados para a sustentabilidade ambiental da gestão dos resíduos urbanos e está a gerar uma grande onda de contestação por parte de autarquias e sindicatos.
Para além das inúmeras questões que este processo encerra, o mais grave é o facto de o Governo nunca ter apresentado nenhuma avaliação sobre as vantagens para o País da privatização desta empresa.
Em relação às eventuais receitas que a operação pode vir a gerar, o Governo não deu ainda uma ideia sobre os valores que estarão em causa, falando-se no setor em 150 a 200 milhões de euros. Valor que tem de ser comparado com os investimentos já feitos nas empresas do grupo EGF, cerca de mil milhões de euros, e com os elevados riscos desta operação.
Uma das características de todo este processo foi a morosidade com que o Governo tratou este dossier, chegando a 2014 ainda com muitas questões por esclarecer.
Um estudo de Outubro de 2012, encomendando pelo Governo, salientava que o quadro legislativo e contratual vigente é incompatível com uma futura privatização da EGF e que o modelo regulatório de fixação de tarifas tinha de ser alterado, sendo que as alterações necessárias cobrem praticamente todas as partes relevantes do negócio da EGF. O documento aconselhava a que só se realizasse a operação de alienação após a conclusão das tarefas identificadas, sob pena de poder ocorrer um mau negócio para o Estado. Ora passados 17 meses grande parte dessas tarefas ainda estão por fazer.
Também preocupante é o facto de o Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos para 2020 estar muito atrasado, existindo apenas um documento que terá de ser concluído e sujeito a Avaliação Ambiental estratégica, processo que poderá demorar cerca de 6 meses, pelo que não estará pronto antes do verão. Ou seja, o concurso de privatização da EGF só avançaria em Setembro, caindo a aprovação desta operação provavelmente em 2015, num período em que o Governo poderá já estar apenas em funções de gestão corrente.
Ainda em relação ao PERSU 2020 há a referir que o documento disponível está elaborado tendo em conta os sistemas de gestão de resíduos urbanos atualmente existentes, ignorando a possibilidade de um futuro mega sistema resultante da alienação da EGF em bloco.
Para se cumprirem as metas do PERSU 2020 e a privatização da EGF é necessário estabelecer novos valores para a Taxa de Gestão de Resíduos que penalizem o desvio de materiais recicláveis para incineração ou aterro, mas sobre este assunto ainda nada se sabe.
Portugal tem de duplicar a sua taxa de reciclagem de resíduos urbanos para cumprir a meta comunitária de 50% em 2020. Porém, se com uma empresa pública sob a tutela do Estado nunca se reciclou muito, há o risco de com uma empresa privada o Estado não conseguir impor um efetivo esforço de reciclagem e Portugal não cumprir as metas a que está obrigado.
Paralelamente, o novo Regulamento Tarifário dos Resíduos tem a oposição das autarquias e reservas de diversas organizações, nomeadamente de consumidores, que questionam o modelo económico que poderá favorecer a nova empresa em detrimento das autarquias e dos consumidores.
As autarquias também têm apresentado uma forte oposição à privatização da EGF, sendo de realçar a recente tomada de posição dos autarcas da região de Lisboa em relação à Valorsul e a greve dos trabalhadores desta empresa, sendo seguramente um tema que terá tendência a agudizar-se.
A privatização da EGF vai criar um mega operador que poderá entrar no mercado dos grandes produtores de resíduos equiparados a urbanos e usar os meios existentes nos sistemas multimunicipais para fazer concorrência desleal aos operadores privados, muitos dos quais existentes antes de a EGF ficar responsável pela gestão de resíduos urbanos.
Como se não bastasse, o Ministério do Ambiente ainda não resolveu a questão da emissão das licenças das entidades gestoras das embalagens, processo que se arrasta há 3 anos.
Estas entidades, a existente Sociedade Ponto Verde e a pretendente Novo Verde, serão responsáveis pelo financiamento dos sistemas de recolha e triagem de embalagens urbanas, sendo o seu licenciamento fundamental para se conhecerem as regras com que a EGF privatizada vai ter de contar, pelo que também não é possível lançar o caderno de encargos da privatização antes de este assunto estar concluído.
Em resumo, há muito trabalho de casa que não está feito e, sem o qual, a privatização da EGF não pode avançar, ou se avançar será com graves riscos para o Estado, as autarquias, os consumidores e o ambiente.

Geo Cristian

Os resíduos nas ilhas

GESTÃO DOS RESÍDUOS URBANOS NOS AÇORES E A TRANSPARÊNCIA, OU A FALTA DELA...

CIR - Centro de Informação de Resíduos

Na sequência dos debates sobre os projetos de incineração previstos para as ilhas de S. Miguel e Terceira que tiveram lugar a 5 e 6 de abril, é tempo de se fazer um balanço sobre o que neles foi discutido.
No debate de S. Miguel ficámos a saber que a Associação de Municípios de S. Miguel (AMISM) após 10 anos de estudos sobre um projeto de incinerador lançou um concurso que ficou deserto. Os preços propostos foram todos superiores aos definidos pela AMISM, pelo que vai ter de ser lançado um novo concurso.
Soubemos também que a tecnologia de incineração irá mudar e que a dimensão do incinerador também vai ser mais reduzida. Por outro lado, foi dito que se ocorrer uma nova redução da produção de resíduos, ou aumento da reciclagem, a AMISM vai recorrer aos resíduos da atividade florestal para cobrir mais de 30% da capacidade em excesso do incinerador. Ficando a viabilidade económica do projeto dependente da criação de uma logística de gestão de resíduos florestais que não existe e para a qual a AMISM não tem vocação para criar e gerir. Acresce a isto que não existe qualquer tipo de estudo sobre a viabilidade económica desta proposta e que se sabe que muitos desses resíduos deveriam ficar no solo como forma de reposição dos nutrientes.
Mas as inconsistências deste projeto não ficam por aqui. Uma das valências que o Governo Regional considerava como fundamental para a viabilização deste incinerador, a ligação à central hidroelétrica reversível das Furnas, afinal é desconhecida da AMISM que disse no debate nada saber sobre o assunto.
Estas declarações são no mínimo surpreendentes, uma vez o Governo Regional em reunião realizada em maio de 2013 tinha assegurado à Quercus ser este projeto fundamental para viabilizar a central de incineração da AMISM, uma vez que iria absorver a energia produzida durante a noite a qual seria utilizada para bombear água da Lagoa das Furnas para a barragem a construir.
Como o projeto hidroelétrico ainda não avançou, nem se sabe se vai avançar, uma vez que se trata de construir uma barragem numa zona sísmica e vulcânica, a AMISM fica assim sem poder dar utilização a cerca de um terço da energia produzida no incinerador.
Na mesma linha, o debate sobre o projeto de incineração da TERAMB para a ilha Terceira veio revelar que o primeiro concurso lançado para a construção da central, à semelhança da AMISM, ficou sem concorrentes, o que é surpreendente, quando se sabe que a TERAMB teve 3 anos para avaliar as diversas soluções de incineração disponíveis no mercado.
Agora a TERAMB, tal como a AMISM, quer avançar com uma tecnologia de incineração diferente das que sempre considerou mais adequadas.
Também ficámos a saber que este incinerador será muito menor do que o originalmente previsto, como a Quercus aliás sempre considerou, uma vez que a quantidade de resíduos que a TERAMB dizia estarem disponíveis para incinerar estava muito inflacionada.
Agora, parece que a Terceira já não vai receber resíduos de outras ilhas para incinerar, uma vez que estas possuem sistemas de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) que permitem reciclar a esmagadora maioria dos seus resíduos.
Com o problema de falta de lixo, a TERAMB diz que poderá utilizar a capacidade excedentária do incinerador para queimar os resíduos que atualmente se encontram nas lixeiras desativadas e no aterro. O problema é que isso tem um custo e como as autarquias não são obrigadas a proceder a esse tratamento, não se sabe quem é que vai pagar essa operação, se algum dia vier a ocorrer.
Neste debate, mais uma vez à semelhança do que se passou em S. Miguel com a AMISM, verificou-se muito desconhecimento da entidade responsável pela gestão dos resíduos urbanos sobre diversos aspetos relacionados com o TMB, nomeadamente o potencial de reciclagem do mesmo e as suas vantagens económicas em termos de baixos custos de investimento e de receitas provenientes do encaminhamento dos recicláveis para a Sociedade Ponto Verde.
Finalmente, nestes dois debates, quer a AMISM quer a TERAMB não explicaram como é que vão cumprir as metas de reciclagem estabelecidas pelo Governo Regional, aspeto essencial para o financiamento dos projetos dos incineradores.
Conclui-se assim que os projetos de incineração de S. Miguel e da Terceira estão envoltos por um manto que não permite perceber o que realmente se pretende fazer, persistindo muitas perguntas por responder que tornam todo este projeto muito pouco transparente. É preciso não esquecer que estamos a falar de investimentos superiores a 100 milhões de euros e que está em causa a sustentabilidade ambiental e económica da gestão dos resíduos nos Açores.
Face às informações obtidas nestes dois debates, a Quercus reforçou a sua convicção de que a única solução ambiental e economicamente interessante para o tratamento dos resíduos urbanos nas ilhas de S. Miguel e Terceira é a de complementar a recolha seletiva com sistemas de TMB com o envio dos rejeitados para pequenos incineradores.
Os TMB separam os resíduos em três frações (matéria orgânica, recicláveis e rejeitados), sendo que a matéria orgânica é utilizada para produção de energia renovável (biogás) e composto, os recicláveis são comprados pela Sociedade Ponto Verde e os rejeitados podem ser encaminhados para pequenos incineradores para produção de energia.
Desta forma reduziam-se os custos de investimento e de exploração, maximizando-se a taxa de reciclagem e a criação de emprego, só indo para incinerar o que não tinha outro aproveitamento possível. De referir que em termos energéticos é preferível incinerar os rejeitados de uma unidade de TMB em vez dos resíduos urbanos em bruto, uma vez que estes possuem muita água dando por isso origem a pouca energia por tonelada de resíduos.

CUIDAR DAS PARTES COMUNS

PROJETO ECOCASA

ecocasa

ATUALIZADOS SIMULADORES DE CONSUMOS DE ÁGUA E ENERGIA

Sara Campos
PROJETO ECOCASA

Nos últimos tempos, temas como 'poupança' ou 'desperdício' adquiriram uma maior expressão, em grande parte devido ao contexto atual que atravessamos. De facto, os momentos de crise obrigam a repensar e aprimorar estratégias de poupança. Se, numa primeira análise, esta poupança se refere a um plano económico, de contenção de despesas e ginástica orçamental, não deixa de ser também um ponto de partida para pôr em evidência os benefícios que um consumo mais inteligente pode ter ao nível do desejado equilíbrio ambiental.
Quando se fala em poupança ou desperdício, enquanto dois pontos entre os quais se move o consumidor moderno com um vasto acesso a bens e serviços, podemos incluir nesse espectro um leque alargado de recursos de consumo diário. Num nível mais primário, estão aqueles essenciais, a partir dos quais produzimos tudo o resto: água e energia. Protagonizam, aliás, um dos momentos temidos no final de cada mês, com a chegada da fatura final. As despesas domésticas – água, gás, eletricidade – caem-nos na conta, mas será que olhamos verdadeiramente para elas? Na soma final, quantos daqueles euros poderiam ter sido evitados? Será que precisamos de gastar tanto para manter o nosso estilo de vida?

Simuladores de permitem saber potencial de poupança
O primeiro passo para restringir os nossos consumos ao realmente necessário é fazer uma espécie de diagnóstico para descobrir o nosso perfil de consumir e consequente potencial de poupança, em termos de consumo de água e energia a nível doméstico.
O Projeto Ecocasa da Quercus dá uma ajuda através dos vários simuladores disponíveis em **www.ecocasa.pt,** que foram recentemente atualizados.
À disposição temos um simulador de consumos de água, onde é possível perceber quanto gastamos nas tarefas desenvolvidas na cozinha (lavagem da loiça e roupa); na casa-de-banho (lavatório, banhos e autoclismo) e ainda nos espaços exteriores (lavagens do carro, rega do jardim e manutenção de piscinas).
A grande novidade nesta actualização tem a ver com a indicação dos potenciais de poupança e já não apenas do consumo por hábitos de utilização. O utilizador tem ainda a vida facilitada através dos valores indicativos que surgem por defeito em algumas componentes deste simulador, referentes a utilizações médias do consumidor português.
Já ao nível da área da Energia, destaque para a atualização dos simuladores referentes à iluminação, que até aqui só permitia avaliar a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas (LFC). Agora, podemos calcular o seu potencial de poupança ao substituir lâmpadas incandescentes por LED ou LFC; de halogéneo clássicas ou halogéneo refletoras por LED e ainda de halogéneo clássicas por halogéneo de linha Eco.
Dentro da componente energética, estão ainda à disposição outros simuladores, nomeadamente um para calcular quanto poupamos ao anularmos consumos em modo de standby e *off-mode* ou pela substituição de eletrodomésticos e ainda equipamentos diversos.
As vantagens da instalação de sistemas de produção de energias renováveis são também possíveis de avaliar através de dois simuladores, um para o solar térmico e outro para o fotovoltaico.
É ainda possível, no simulador das Emissões de CO_2, calcular, a partir do total de eletricidade (kWh/mês), gás butano ou propano (botijas/mês) ou gás natural (m^3/mês) na fatura, as emissões associadas a esse consumo, bem como o equivalente expresso em quilómetros percorridos num automóvel.
A propósito, no simulador dedicado à Mobilidade, podemos perceber, consoante nos desloquemos de automóvel individual ou de transportes coletivos, quais as emissões poluentes associadas às nossas viagens pendulares.
Adequar o consumo destes recursos às nossas necessidades reais é, pois, o primeiro passo para sermos consumidores inteligentes.

EFICIÊNCIA HÍDRICA EM DEBATE

Filipa Alves
PROJETO ECOCASA

Decorreu no passado dia 21 de março, em Coruche, o seminário "A Gestão da Água no Sector Público e Residencial", onde foram apresentados alguns exemplos de atuação ao nível de edifícios públicos e particulares, bem como ao nível da rede de abastecimento, tendo em vista uma redução do consumo da água e uma gestão mais eficiente deste recurso.

Em primeiro lugar foi apresentado, por Francisco Ferreira, o trabalho que a Quercus tem desenvolvido nesta temática, no âmbito do Projeto EcoCasa. Foi abordado especificamente o trabalho desenvolvido em parceria com a Águas do Ribatejo, na sua área de intervenção, em particular o desenvolvimento do projeto Escolas Amigas da Água e de outras iniciativas como a rúbrica Uma gota pelo planeta, emitida em diversas rádios da região.
Rosa Lopes, da Câmara Municipal de Coruche, apresentou o exemplo das Piscinas Municipais, onde é feito o aproveitamento da água dos transbordos da piscina e de lavagem dos filtros, bem como a recolha das águas pluviais da cobertura, para a rega de diversos espaços envolventes às piscinas. Este sistema cobre todas as necessidades de água das zonas ajardinadas em causa, permitindo uma poupança de 20 mil euros por ano à autarquia.
Marta Azevedo, da empresa Campo d'Água - Engenharia e Gestão, Lda., apresentou o caso da aplicação de redes separativas de águas em fase de projeto, com vista ao aproveitamento de águas pluviais e de águas cinzentas para fins não potáveis. A aplicação destas redes em habitações multifamiliares tem custos extremamente reduzidos, representando em conjunto cerca de 1,5% do investimento no edifício.
Ricardo Guimarães, da EPAL, apresentou o projeto Wone, um caso de elevado sucesso na gestão das perdas de água na rede de abastecimento de Lisboa. Esta ferramenta permite fazer uma monitorização em contínuo da rede, permitindo identificar rapidamente situações de perdas de água, e a intervenção dos técnicos para resolver esse problema. A aplicação deste sistema permitiu à EPAL reduzir as perdas de água na rede de 25% para 7,9%.
Paulo Santos, da ADENE, abordou o tema da Eficiência Energética no sector hídrico, referindo a importância da gestão eficiente da água para reduzir o consumo de energia no setor, dado que o transporte e tratamento de água representam 6 a 18% do consumo energético das cidades. Será criado, no âmbito do Programa Eco.AP, - um Barómetro de Eficiência Energética no setor da água, com o objetivo de promover a melhoria da eficiência energética no sector das águas, através da criação de um ranking de entidades e da identificação e disseminação de boas práticas.
Miguel Carrinho, da Águas do Ribatejo, apresentou as mais valias do modelo Intermunicipal da empresa, pela otimização de infraestruturas e pessoal, com benefícios ao nível da: eficiência energética, pela redução de consumos em algumas infraestruturas; aumento de eficiência operacional, com a redução do número de roturas, dos tempos de interrupção, das perdas; redução de custos operacionais e com pessoal, apesar da entrada em funcionamento de diversas novas infraestruturas, pois consegue-se gerir mais infraestruturas com o mesmo número de operacionais.
Carlos Lopes Pereira, da ERSAR, apresentou o sistema de regulação do setor da água, um mecanismo fundamental devido a este ser um setor de interesse geral, que integra a lista de direitos humanos (UN), e que tem riscos associados ao facto de ser um setor com monopólios naturais. A regulação do setor tem por objetivo contribuir para uma melhor organização e clarificação das regras do setor, para que este tenha uma qualidade adequada, salvaguardando a sua sustentabilidade e das entidades gestoras.

Nelson Lopes
Debate com o Dr. Miguel Carrinho, da Águas do Ribatejo e o Dr. Carlos Lopes Pereira, da ERSAR.

Nelson Lopes
Debate com a Eng.ª Marta Azevedo, da Campo e o Dr. Ricardo Guimarães, da EPAL.

Nelson Lopes
Apresentação de Paulo Santos, da ADENE

5º RELATÓRIO IPCC ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS: O AQUECIMENTO DA TERRA É INEQUÍVOCO E EM GRANDE PARTE CAUSADO PELA ATIVIDADE HUMANA

Rita Antunes

AD

Alterações Climáticas

Entre março e abril de 2014, foram divulgados os relatórios parciais dos Grupos de Trabalho II e III do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC).

Criado em 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), o IPCC pretende transmitir uma visão científica clara sobre o estado atual do conhecimento relativo às alterações climáticas e seus potenciais impactos ambientais e socioeconómicos.
Envolvendo no total alguns milhares de cientistas e peritos, este Painel é fulcral para fundamentar as políticas climáticas, quer à escala global, quer na perspetiva de cada um dos países. Em setembro de 2013 foi apresentado o primeiro de três grupos de trabalho deste 5º relatório de avaliação, seis anos depois de ter sido apresentado o 4º relatório, em 2007.
Com a divulgação desse primeiro grupo de trabalho, ficaram conhecidos os impactes físicos das alterações climáticas, desde o aumento da temperatura às condições meteorológicas extremas, passando pela subida do nível do mar e pela forma como estes efeitos poderão mudar em diferentes cenários de emissões.
O segundo grupo de trabalho ilustrou, por sua vez, de que modo os impactos físicos referidos anteriormente se relacionam com a exposição e a vulnerabilidade de uma população, produzindo um risco para a sociedade.
Estas foram a quatro conclusões base e temas-chave do segundo grupo de trabalho:
- Os riscos são reais, variados e de grande alcance;
- A incerteza sobre a gravidade dos impactos não é motivo para atrasar a ação;
- As comunidades pobres e marginalizadas serão as mais atingidas;
- Não há uma solução única de adaptação ao clima que sirva todos; para alguns impactes não será viável a adaptação.

Já o relatório do terceiro grupo de trabalho mostra que ainda é possível evitar as alterações climáticas catastróficas, sendo que, para tal, é necessário um rápido e sustentado corte nas emissões de carbono.
Este último relatório aponta para os benefícios do aumento das energias renováveis (não poluentes) e a eliminação gradual, a longo prazo, dos combustíveis fósseis poluentes. Além de destacar a necessidade de transformar o sistema energético, o IPCC diz que outras soluções para a crise climática incluem o uso mais eficiente da energia, bem como o investimento em melhores tecnologias de transportes e de construção.
Para que o mundo consiga escapar aos piores impactes das alterações climáticas, o relatório sustenta que o uso de energia de baixo ou até de zero carbono terá de, pelo menos, triplicar até 2050. Para financiar esta transição rumo a uma economia de baixo carbono, o IPCC defende a necessidade de, nas próximas décadas, cortar no investimento em combustíveis fósseis em pelo menos 30 mil milhões de dólares por ano. Ao mesmo tempo, os investimentos em energias renováveis têm de duplicar.
A transição para as energias renováveis irá proporcionar enormes benefícios que vão desde a segurança energética até à melhoria da saúde pública, passando pela criação de empregos e a economia sustentável.
Portugal deve, tão rapidamente quanto possível, apresentar um Plano Nacional para as Alterações Climáticas até 2030 que seja consistente com um desenvolvimento económico de baixo carbono, tal como apontado por um anterior documento governamental, o Roteiro de Baixo Carbono para 2050.
O país deve, pois, apostar:
- Na eficiência energética como forma de melhoria da intensidade energética, cujos valores atuais, apesar de melhores, ainda se traduzem num maior gasto de energia por cada unidade de riqueza produzida;
- Na produção de energia por fontes renováveis, onde tem já uma posição invejável, e cujos progressos da última década não podem estagnar;
- No setor dos transportes e do ordenamento do território, promovendo uma mobilidade mais sustentável; utilizando cada vez mais modos suaves como a bicicleta; promovendo o uso do transporte público e apoiando o uso de motores elétricos, não apenas nos automóveis, mas em veículos mais leves e pequenos como a bicicleta, a mota, ou os automóveis de dois lugares.

Depois do impasse no Conselho Europeu de 20 e 21 de março, que remeteu todas as decisões importantes relacionadas com a política climática (metas para 2030 de redução de emissões, energias renováveis e eficiência energética) para outubro, atrasando o processo de negociação tendente a um acordo global a assinar em Paris em 2015, a Quercus e a Rede Europeia de Ação Climática estarão atentas aos compromissos que os líderes da União Europeia assumirão na Cimeira do Clima, promovida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em setembro próximo. Esta Cimeira, uma iniciativa inovadora da ONU, pretende ser uma alavanca e estabelecer as bases para o forte tratado global que deverá sair de Paris.

Tendências e impactes para Portugal e Sul da Europa
• O risco de incêndios florestais e em particular de mega-incêndios vai continuar a aumentar, juntamente com o risco de vendavais.
• Em todos os cenários, as inundações costeiras vão afetar entre centenas de milhares e 5,5 milhões de pessoas.
• O turismo de verão no Mediterrâneo (e o turismo de inverno) nas montanhas irá diminuir.
• No sul da Europa, as condições de saturação e drenagem associadas às chuvas ficarão restritas apenas a determinados períodos no inverno e na primavera.

Principais conclusões do Grupo de Trabalho III
• As alterações climáticas são um problema comum e global. Para o resolver é necessária cooperação internacional, em conjunto com políticas locais, regionais e nacionais eficazes.
• O CO_2 continua a ser o Gás de Efeito de Estufa (GEE) mais comum, representando cerca de 76% das emissões totais de gases de efeito estufa em 2010.
• Os padrões regionais de emissões de GEE estão a mudar de acordo com as mudanças na economia mundial. O aumento de poluição está a acontecer nos países com economias emergentes, onde o crescimento económico e o desenvolvimento de infraestruturas têm sido altos.
• Embora as emissões totais de CO_2 de alguns países em desenvolvimento já ultrapassem as dos países desenvolvidos, considerando os valores per capita, elas são ainda significativamente menores.
• Qualquer que seja o método de cálculo, um pequeno número de países é responsável por uma grande parte das emissões globais. Em 2010, dez países foram responsáveis por cerca de 70% das emissões de CO_2 do mundo, pelos combustíveis fósseis e processos industriais.
• Os setores de produção de eletricidade (47%) e indústria (30%) representaram mais de 75% do aumento das emissões anuais de GEE entre 2000 e 2010.
• O aumento da temperatura abaixo dos 2 graus Celsius até 2100 ainda é possível, mas exigirá grandes mudanças no "mix" energético global, para além de cortes profundos nas emissões nas próximas décadas.
• Cortes significativos nas emissões serão exigidos aos países desenvolvidos e às economias emergentes. Os países ricos terão de cortar as suas emissões em cerca de 50% até 2030 (em relação aos níveis de 2010). Na Ásia, as emissões em 2030 não podem ser maiores do que eram em 2010. Os países latino-americanos também serão obrigados a reduzir significativamente as emissões.
• As fontes de energia de emissão zero ou de emissões reduzidas têm de pelo menos triplicar até 2050, enquanto as emissões globais de GEE terão de ser reduzidas entre 35% e 70% até 2050 (também em relação a 2010).
• A estabilização das concentrações de gases de efeito de estufa em níveis baixos terá de incluir a eliminação a longo prazo das tecnologias baseadas nos combustíveis fósseis e a sua substituição por alternativas de baixas emissões.
• Uma economia de baixo carbono não tem necessariamente de se traduzir num crescimento económico reduzido. Nalguns países tem sido implementada uma fiscalidade verde, a par do desenvolvimento tecnológico e de outras políticas que têm contribuído para uma dissociação entre as emissões de carbono e o PIB.
• Se o mundo atrasar a mitigação e não pararem de aumentar as emissões ao ritmo atual antes de 2030, será muito difícil manter o aquecimento abaixo dos 2ºC.

http://loja.quercus.pt

Quercus

e-loja Quercus

Sabonetes Artesanais

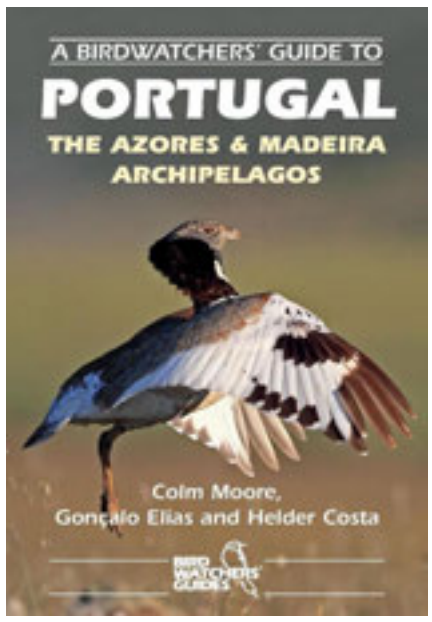
15% de desconto

até 25 de Junho

ECOTOPIA

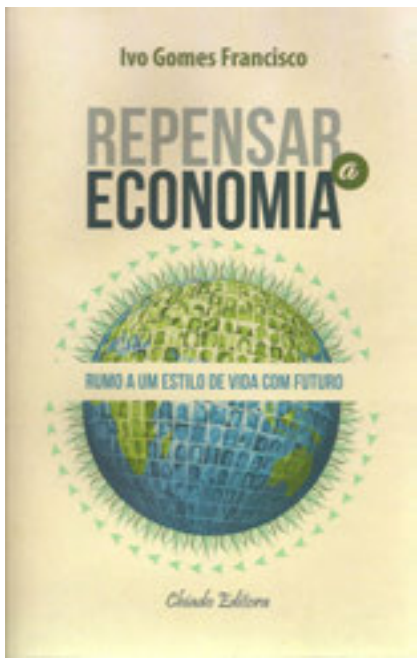
LIVROS

A Birdwatchers' Guide to Portugal
No espaço geográfico português, que inclui não só o território continental ibérico mas também os arquipélagos dos Açores e da Madeira, ocorrem cerca de 550 espécies de aves. Entre elas contam-se algumas endémicas, inúmeras espécies divagantes oriundas da América, da Eurásia e do Norte de África e outras que, pelas mais diversas razões, se tornaram raras ou não existem no resto da Europa. Só por si, estes seriam motivos de interesse ornitológico mais do que suficientes para atrair visitantes. Se a isto adicionarmos as facilidades de deslocação, a tradicional hospitalidade do povo português, o clima ameno, a excelente gastronomia e os bons vinhos é fácil concluir que Portugal é, indiscutivelmente, um dos melhores destinos da Europa para observar aves selvagens.
A Birdwatchers' Guide to Portugal é dirigido a todos os públicos, mas obviamente tem um enfoque mais virado para um plano internacional. A presente edição resulta de uma profunda revisão do livro originalmente publicado em 1997 e assume-se como a primeira e única obra actualmente disponível sobre esta temática que abarca todo o território português. Para além da actualização da informação da edição anterior, foram adicionados diversos novos roteiros de observação; por outro lado, o âmbito do livro foi alargado, passando a abranger também o arquipélago dos Açores. No total são apresentados 44 sítios no território continental, bem como informação detalhada sobre todas as ilhas dos arquipélagos atlânticos, incluindo os remotos arquipélagos das Desertas e das Selvagens. Nos capítulos introdutórios é feito um enquadramento geral, que visa possibilitar ao potencial visitante a organização da sua viagem. No final é apresentada uma lista comentada com algumas espécies consideradas mais interessantes para os visitantes estrangeiros e ainda uma lista completa das espécies registadas no país até Dezembro de 2013. Para facilitar a utilização do livro foram produzidos cerca de 40 mapas.
Mais do que um mero guia de viagem, este livro constitui uma referência fundamental para quem pretenda observar aves em Portugal ou esteja interessado na avifauna do país.



E-cadernos CES (2012) Desigualdades ambientais: conflitos, discursos, movimentos
Centro de Estudo Sociais – Laboratório Associado – da Universidade de Coimbra
Gratuito em: **www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/ecadernos17.pdf**

A revista eletrónica organizada por Lúcia Fernandes e Stefania Barca tem origem nas discussões e no aprofundamento temático desenvolvido nos últimos três anos pela Oficina de Ecologia e Sociedade do Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra e reúne variados contributos para a ampliação do debate sobre o tema das desigualdades ambientais.
Percorrendo o índice podemos antever uma grande variedade de textos: A*grotóxicos e conflitos ambientais no agronegócio no Brasil; Território, ecologia política e justiça ambiental: o caso da produção de alumínio no Brasil; Movimentos Sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira: Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro; Justicia ambiental en América Latina Inteligencia colectiva y creatividad institucional contra la desposesión de derechos; Some Highlights on the Concept of Environmental Justice and its Use; Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? A New EJOLT Report: towards a Post-oil Civilization. Yasunization and Other Initiatives to Leave Fossil Fuels in the Soil;Comments; Indígenas Tremembé e "trabalho escravo" na monocultura do coco: relatório de um estudo sobre o conflito e as suas repercussões na saúde. E temos também a recensão The Scramble for the Amazon and the Lost Paradise of Euclides da Cunha.*
A Oficina de Ecologia e Sociedade é um grupo de trabalho do CES que reúne estudantes de doutoramento e investigadores(as) com o duplo objetivo de aprofundar a análise das conexões entre o social e o ecológico, e contribuir para o *capacity building* da sociedade local face à crise ecológica. As atividades principais consistem em grupos de leitura crítica, seminários e ciclos de cinema com debate. Mais informações estão disponíveis em www.ces.uc.pt/ecosoc, onde pode ser encontrada a revista. **_José Janela**



Repensar a Economia. Rumo a um estilo de vida com futuro
Francisco, Ivo Gomes (2014)
Chiado Editora,142 páginas. PVP € 11,00

O autor, economista, descreve-nos o mundo em que vivemos sob o olhar dos economistas. Mostra como é que as várias correntes de economistas pensam ante os problemas sociais e ambientais.
Ivo Francisco questiona os teóricos neo-liberais que argumentam que as falhas de mercado, como a poluição, se resolvem com mais mercado: obter-se-ia uma redução da poluição criando um mercado de direitos de poluir, mas o autor pergunta se «um tal mercado não teria que ser sempre gerido por uma entidade alheia aos interesses do mercado». Seria necessário alterar o atual funcionamento dos mercados para gerar lucros para um funcionamento para satisfazer necessidades.
Questiona o princípio básico de funcionamento do sistema económico em que vivemos, o capitalismo: comprar matérias primas pelo menor preço possível, empregando o menor número possível de pessoas, pagando-lhe o menos possível e vendendo a produção ao maior preço possível.
Mostra que não há uma relação direta entre o Produto Interno Bruto (PIB), bem estar e crescimento económico. O PIB apenas se limita à expressão monetária, aos preços, mas exclui fenómenos económicos a que é difícil ou impossível atribuir preços: uma melhoria das condições de trabalho, a delapidação dos recursos naturais não renováveis, a poluição do ambiente ou os serviços domésticos assegurados pelas famílias. Mas o PIB inclui os consumos motivados pelas distâncias entre as residências e os locais de trabalho, quanto mais trânsito e mais consumo de combustíveis e emissões de CO_2 mais cresce o PIB.
O autor explica a atual crise financeira e económica e mostra que há alternativas que passam por mudanças quer ao nível individual, quer ao nível nacional e internacional. É necessário alterar as regras do jogo: «mudar de paradigma, contrapondo novos valores, lançando as sementes de uma sociedade que valorize a Vida, o Homem e a Natureza». **_José Janela**

LINK AMBIENTAL

The awakeners
Três sacos, um balde e um caixote... uma equipa, unida em torno de um objetivo: parar o desperdício de resíduos. Os «Awakeners» são um conjunto de personagens animados que sensibilizam para a quantidade de resíduos que vão para aterros e a pouca quantidade que é reciclada, espalhando a mensagem de que os resíduos são um recurso muito valioso.
www.generationawake.eu/pt/

RETRATO

Graça Jalles_Arquitecta

AS CASAS DA CERCA

Graça Jalles

Casa do Tanque antes da reconstrução

Graça Jalles

Casa do Tanque

As **"Casas da Cerca"** são hoje um Turismo Rural que se destaca pela sua singularidade - Casas em terra, em número reduzido, localizadas numa das zonas mais protegidas do **Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina** a 1,5km do Rio Mira num percurso transbordante de beleza. O silêncio e a privacidade inerentes bem como os prazeres mais simples que a vida no campo nos proporciona são o que melhor as define. Talvez o maior elogio seja mesmo aquele ouvido inúmeras vezes por quem nos visita: "Aqui sentimo-nos em casa..., mas num ambiente único!" ou ainda " nas Casas da Cerca primeiro estranha-se e depois entranha-se".
Cenas do nosso imaginário poderão ser concretizadas ou revividas aqui. Desde os passeios de bicicleta, aos piqueniques junto ao rio, aos banhos nos velhos tanques recuperados, à experiência da Casa na árvore e o convívio com os cavalos. O aconchego junto à lareira nas noites mais frias de Inverno ou a sesta na rede de descanso junto às casas. E porque não exercitar os seus dotes artísticos no espaço dedicado à pintura. As canoas também estão ali para os mais aventureiros e...o poder simplesmente "estar".
Em resumo e numa linguagem actual: eco turismo, turismo cultural, gastronómico, astronómico, de aventura, religioso e sustentável. As Casas da Cerca são tudo isto e muito mais...

O Processo Criativo
Para quem vive no Alentejo profundo à beira rio e perto do mar como é o sítio dos Troviscais onde as "Casas da Cerca" se inserem, numa zona altamente qualificada do ponto vista ambiental, qualquer intervenção arquitectónica neste esplendor de natureza selvagem requer o maior respeito e sensibilidade.
O famoso Arquitecto Louis Khan começava as suas aulas com esta frase: *"o que é que este tijolo quer ser?"* Ao mesmo tempo que pegava num tijolo e o mostrava aos alunos. Dos meus tempos universitários foi talvez a frase mais marcante por força da sua profundidade.
No processo de concepção de recuperação das ruínas esta frase deambulava insistentemente na minha mente, mas a realidade é que *a casa já o era*. Como recuperar então a sua identidade perdida? Dois pensamentos estavam no entanto já assentes: respeito pela natureza envolvente, respeito pela memória colectiva do lugar e desprendimento na abordagem, de quaisquer atributos ou valências turísticas no seu sentido mais lato.
Foi ficando assim clara a noção de que o melhor acto arquitectónico seria o de não alterar o que já se tinha afirmado no tempo, e neste sentido apenas conferir-lhe dignidade. Só no final então, é que acabaria por se tornar no Turismo Rural "Casas da Cerca" e uma forma de partilha e de rendimento da proprietária que com todas as suas forças desejaria continuar a viver na zona e no seu local de eleição, a agora denominada Herdade de S. Nuno.
Tendo já aderido à taipa de corpo e alma com a construção da minha casa de habitação, não havia dúvidas, aquando da abordagem na reconstrução da primeira casa das "Casas da Cerca", que esta iria ser também em taipa.
A experiência de vivência de uma casa em taipa, com paredes de terra à vista, é uma experiência única. Talvez porque da terra nascemos e nela havemos de repousar para todo o sempre...O círculo completa-se.
Ao longo dos anos fui constatando essa experiência nos olhos e nas feições das pessoas que me visitavam. A terra crua como elemento protector na parede de uma casa é algo que nos transcende e que como qualquer forma de arte nos transporta para mundos harmoniosos e perfeitos que apenas vagamente julgamos existir.

O Método Construtivo
O método de reconstrução das casas integrou o antigo e o moderno. Assim nas fundações, onde anteriormente se utilizava o xisto, era aplicado agora o betão e como base de assentamento dos blocos de taipa. A terra e o betão não casam mas podem conviver e ajudar-se mutuamente. É assim também com o lintel em betão assente no topo das paredes de taipa que reforça e consolida a casa no seu todo, tarefa esta anteriormente executada ocasionalmente pelos contrafortes e os esticadores.
Os blocos de taipa são dispostos em fiadas sobrepostas desencontradas e entrecruzadas nos cantos como se de um jogo de *lego* se tratasse.
A terra é proveniente das fundações. Ocasionalmente é rebocada com argamassa de cal e areia. As paredes têm 0,5m de espessura e por força disso proporcionam trocas térmicas lentas originando casas acolhedoras no Inverno e frescas no Verão com humidade constante e na percentagem ideal.
As coberturas são agora acabadas no interior com forro de madeira e isolamento. As telhas são as mesmas de outrora, abandonadas ou não queridas das casas da vizinhança mas mais funcionais e bonitas que as actuais.

As Casas
A intervenção na **Casa da Adega**, a primeira a ser reabilitada, teve como opção o preservar as paredes originais em taipa e substituir as construídas em alvenaria de tijolo por paredes também em taipa. A arrecadação junto à casa passou a funcionar como cozinha e foi ligada interiormente ao espaço original onde existia a Adega, hoje a Sala de Refeições. O 2º piso foi também demolido e reconstruído em taipa e foram criados dois espaços autónomos, o Quarto e a Sala de Estar.
Ao longo dos anos fui-me habituando a admirar a **Casa do Tanque**, uma antiga arrecadação e abrigo de coelhos. No retorno do passeio ao rio na companhia dos cães, na saída do caminho e na entrada da várzea ali estava ela de pequenas dimensões envolta em silvas no topo de um pedestal a dialogar em esforço para poder brilhar. Sabia que não a podia ampliar por força dos condicionalismos legais da zona, mas também não o quereria fazer se o pudesse. Apenas conferir-lhe dignidade. As paredes de taipa originais estavam já bastante comidas pelos animais de forma que optou-se pela demolição e construir de novo.
A **Casa do Pomar**, a terceira e última casa a ser reconstruída e a de dimensões mais reduzidas foi a que teve mais alterações relativamente à sua forma original. É no entanto a marca do Turismo, a mais misteriosa das três e a metáfora que se lhe aplica não podia ser mais surpreendente: **um simples Abrigo de Porcos torna-se no instrumento vital e a razão de existir das "Casas da Cerca".**

Madalena Ribeiro

Rio Mira a 1,5km das Casas da Cerca

Graça Jalles

Bella e Heidi na hora da sesta

Contactos
www.casasdacerca.com.pt
info@casasdacerca.com.pt
Tel: 00 351 283975263
00 351 919990418

CASAS dA CERCA

PARTICIPAR

Remédios
Caseiros
"oficina"
17 Maio
17h às 18h
Quinta Pedagógica de Real, Braga

Construção de
Fornos Solares
"oficina"
24 Maio
14h 30 às 17h 30
Bom Jesus do Monte, Braga

Saúde e bem
estar animal
"tertúlia"
13 Junho
21h 30
café "A Brasileira", Braga
José Pedro Araújo

Flores Comestíveis
e Germinados
"oficina"
28 Junho
14h 30 às 17h 30
Quinta Pedagógica de Real, Braga

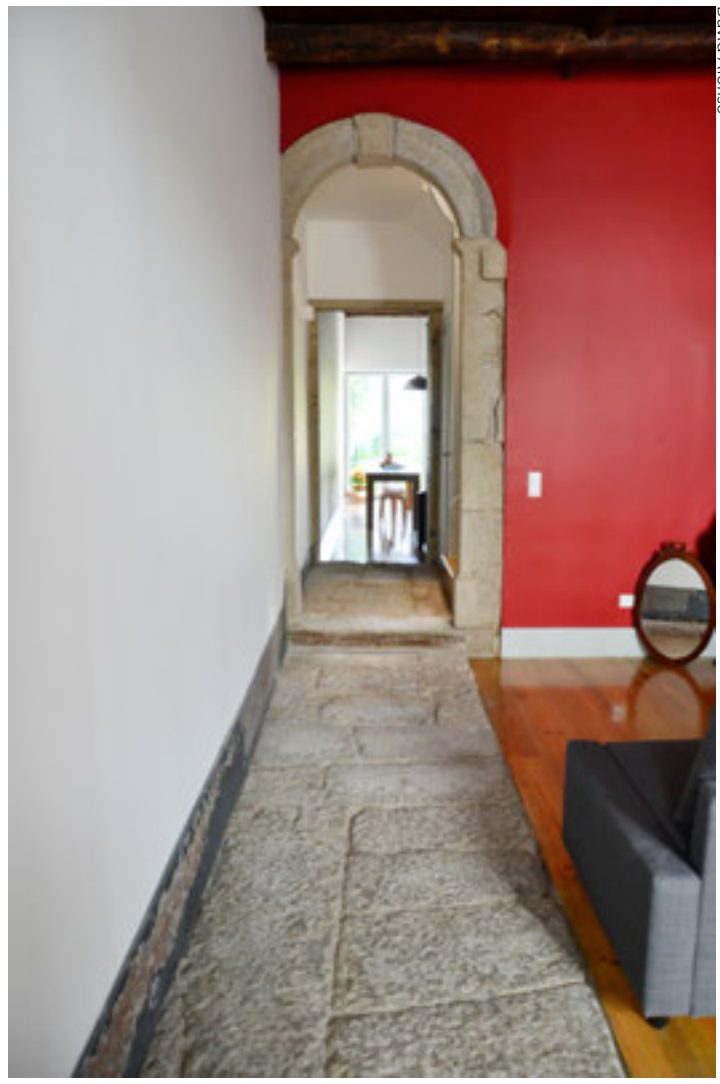
Hortas
Verticais
"curso"
28 Junho
9h 30 às 13h
14h às 17h 30
Quinta Pedagógica de Real, Braga

Auxiliares em
Agricultura Biológica
"tertúlia"
11 Julho
21h 30
café "A Brasileira", Braga
Raul Rodrigues

ZOOM

AS CASAS TAMBÉM SE RECICLAM

David Afonso


David Afonso

David Afonso

David Afonso

Obra na Rua do Bonjardim no Porto, do **atelier Floret** – - **Oficina de Arquitectura**

Cláudia Silva texto **Ricardo Marques** ilustração

CONTO DA NATUREZA

QUANDO CAI A NOITE NA CIDADE

O calor das noites de verão já se começa a sentir na cidade. Num dos imensos prédios abandonados já se encontram Vicente, Henrique e Nicolau, três ecléticos Morcegos-anão (*Pipistrellus pipistrellus*) pendurados de pernas para o ar vestidos de preto. Num canto de uma sala aguardam a chegada de Tamára e Júlia. No teto ainda se veem o que seriam os contornos em estuque que em tempos decoravam esta linda sala de jantar e que hoje serve de ponto de encontro para estes pequenos mamíferos alados.

"Então malta, como correu essa semana?" Pergunta Vicente.

"Bem. Sem grandes novidades." Responde Henrique. "Fui ver o Drácula, o musical, que está agora em cena."

"Já não viste esse musical umas sete vezes?" Pergunta Nicolau.

"Seis, e cada vez que o vejo gosto mais dele. É tão contemporâneo!"

"Pois eu andei a aprender castelhano e sabem que morcego em espanhol é a única palavra com todas as vogais?" Diz Nicolau.

"A sério? Em português só tem três. Como se diz em espanhol?" Pergunta Henrique.

"MURCIELAGO." Responde Nicolau.

"Pois eu tenho novidades, das grandes, que também vos afetam a vocês." Diz Vicente.

"Conta, conta!" Pede Henrique.

"É melhor bebermos qualquer coisa antes e assim esperamos que cheguem as miúdas e conto logo a todos ao mesmo tempo."

"Agora estou super curioso! Conta lá, as miúdas demoram sempre imenso tempo a chegar. Ainda devem de estar a puxar o lustro às asas e a pentear os pêlos." Reclama Nicolau.

A dois quarteirões dali, num outro edificio abandonado mais recatado, estão Tamára e Júlia a aperaltar-se para sair.

"Estás pronta Júlia?"

"Quase, quase."

"Anda lá que já estamos atrasadas. A esta hora os rapazes já devem estar a mandar vir connosco." Diz Tamára.

"Achas? Eles têm mais do que falar. De certeza que estão a falar da última peça de teatro que foram ver, ou do livro que leram esta semana, ou do filme que está para estrear." Responde Júlia.

"Mas se nos atrasamos muito quando lá chegarmos já eles estão a filosofar e depois nunca mais apanhamos a conversa." Diz Tamára.

"Não te preocupes, quando lhes contar da exposição que fui ver esta semana deixam logo a filosofia. Vá estou pronta, vamos lá."

As duas voaram com rapidez até ao edifício abandonado do século XIX onde as esperavam os outros três morcegos.

"Desculpem o atraso rapazes. Estivemos a conversar sobre uma exposição de insetos que fui ver esta semana e perdemos a noção do tempo." Desculpa-se Júlia.

"Olá meninas. Estávamos ansiosos que chegassem. O Vicente diz que tem umas grandes novidades mas que só nos contava quando chegassem. Estamos aqui há imenso tempo irrequietos com tanto suspense..." Afirma Nicolau.

"Então conta lá essas novidades Vicente. Já cá estamos e somos todos ouvidos. Afinal, são boas ou más notícias?" Pergunta Tamára.

"Pois bem, tenho boas e más notícias. O que vos tenho para contar vai alterar as nossas vidas e as nossas rotinas. Sabem as vezes que já falámos sobre este edifício, sobre o quão bonito é e sobre todas as histórias que já aqui se passaram desde a sua construção em 1857?"

"Sim claro, e então? Desembucha!" Diz Henrique já a ficar irritado.

"Então parece que não somos só nós que valorizamos este edifício. Esta semana ouvi uns arquitetos que o vieram visitar a dizer que vão começar as obras para a semana."

"Oh não! Vão finalmente mandar a baixo o prédio!" Diz Júlia desolada.

"Não, calma. Essas são as boas notícias. Estive a ouvir a conversa deles e vão reabilitar o edifício. Vão manter a fachada, recuperar os tetos e até desvendar algumas paredes em granito antigas que entretanto foram tapadas ao longo dos anos." Explica Vicente.

"Então vai ficar espetacular." Afirma Nicolau.

"Eu só vendo é que acredito." Diz Tamára desconfiada. "As pessoas cada vez ligam menos aos prédios abandonados nos centros da cidade. Preferem construir casas novas com maus materiais na periferia das cidades."

"A Tamára tem razão. As pessoas não se preocupam em recuperar os edifícios. Preferem ir buscar mais recursos à natureza para fazer mais e mais casas, tapando o solo sem deixar espaço livre verde."

"Pois, mas pelos vistos nem todas as pessoas são assim. Estes parecem mesmo interessados e preocupados em recuperar este património. Eles também conheciam a história deste prédio e falavam dele com encanto. Parece que as coisas estão a mudar!" Diz Vicente.

"Mas então e nós? Vamos ficar sem este ponto de encontro..." Lembra-se Tamára.

"Pois, essas eram as más notícias." Diz Vicente.

"E logo este prédio que tem um candeeiro de rua mesmo à frente onde há sempre imensos insetos a rondar." Acrescenta Henrique.

"Pois vamos ter que procurar outro sítio para petiscar. O que não falta nesta cidade são prédios abandonados." Diz Nicolau.

"Então já que assim é, eu proponho uma rodada de insetos para a despedida!" Propõe Vicente.

"Boa ideia, já estou com uma larica." Diz Nicolau.

Os cinco morcegos voaram através da janela sem vidro até ao exterior e em volta do candeeiro de rua voava uma nuvem de insetos que devoraram com prazer. Terminando o pitéu usaram o seu poder de ecolocação, umas ondas que emitem e que permitem encontrar as suas presas, para procurar outras refeições e outro poiso para se poderem encontrar. Voaram pela cidade, por vezes encontrando alguns humanos que se assustaram com eles. Muitas pessoas não gostam de morcegos ou têm medo deles mas esquecem-se que sem eles a cidade teria muitos mais insetos e pragas. Estes morcegos prestam um serviço muito útil às pessoas que ninguém agradece, pelo contrário. Alguns familiares destes morcegos até estão ameaçados de extinção por causa das pessoas. Nas cidades ainda se veem com frequência os nossos amigos Morcegos-anão e por vezes os Morcegos-hortelão ou os Morcegos-arborícolas, mas por exemplo o Morcego-rabudo que antes ainda ía aparecendo agora é cada vez mais raro. As cidades não são só prédios e pessoas, há muita vida, que também é importante manter, que se esconde por vezes nos locais mais estranhos e que só desperta quando cai a noite na cidade...

Se nenhum mosquito nos chateia,
Há morcegos de barriga cheia.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

ÁGUA/OCEANOS

DR 43 SÉRIE I de 2014-03-03
Portaria n.º 54/2014 - MAOTE
Aprova a delimitação do perímetro de proteção da captação de água superficial localizada na Albufeira da Barragem de Odelouca
Portaria n.º 61/2014 . MAOTE
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações localizadas no concelho de Pombal e revoga a Portaria n.º 34/2013, de 29 de janeiro
DR 63 SÉRIE I de 2014-03-31
Portaria n.º 77/2014 - MAOTE
Aprova a delimitação dos perímetros de proteção de várias captações de água subterrânea localizadas no concelho de Beja
DR 71 SÉRIE I de 2014-04-10
Lei n.º 17/2014 - AR
Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional
DR 78 SÉRIE I de 2014-04-22
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2014/A – RAA - AL
Pronuncia-se a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a fiscalização marítima na Zona Económica Exclusiva da Região Autónoma dos Açores

AGRICULTURA/CONSERVAÇÃO DA NATUREZA/FLORESTA/CAÇA/PESCA

DR 47 SÉRIE I de 2014-03-07
Portaria n.º 58/2014 - MAM
Designa os portos para as descargas ou transbordos de espécies capturadas nas águas da União ou em áreas geridas por Organizações Regionais de Pesca
DR 50 SÉRIE I de 2014-03-12
Portaria n.º 65/2014 – MF; MAM
Aprova o Regulamento do seguro de colheitas e da compensação de sinistralidade, integrados no Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas
DR 53 SÉRIE I de 2014-03-17
Resolução do Conselho de Ministros n.º 21/2014 - PCM
Classifica como obra de interesse regional do grupo II os aproveitamentos hidroagrícolas do Alvor, do Caia, de Campilhas e Alto Sado, de Cela, do Lis, de Silves, Lagoa e Portimão e do Vale do Sorraia
DR 59 SÉRIE I de 2014-03-25
Resolução do Conselho de Ministros n.º 22/2014 - PCM
Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de serviços de operação e manutenção dos meios aéreos próprios pesados do Estado necessários à prossecução das missões públicas de combate aos incêndios florestais atribuídas ao Ministério da Administração Interna
DR 60 SÉRIE I de 2014-03-26
Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2014 - PCM
Cria o grupo de acompanhamento da bolsa de terras
Decreto-Lei n.º 48/2014 - MAM
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 217/2008, de 11 de novembro, relativa às fórmulas para lactentes e fórmulas de transição
DR 67 SÉRIE I de 2014-04-04
Resolução da Assembleia da República n.º 30/2014 - AR
Recomenda ao Governo que proceda, com urgência, à regulamentação da Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, que aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público
Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2014 - PCM
Autoriza a realização da despesa relativa à locação de aviões anfíbios para a prossecução das missões públicas de combate aos incêndios florestais atribuídas ao Ministério da Administração Interna
DR 68 SÉRIE I de 2014-04-07
Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014 - PCM
Aprova o Programa Operacional de Sanidade Florestal
DR 75 SÉRIE I de 2014-04-16
Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2014 - PCM
Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de equipamentos de proteção individual para o combate a incêndios em espaços naturais
DR 76 SÉRIE I de 2014-04-17
Portaria n.º 87/2014 – MF, MAM
Fixa o valor da taxa de Segurança Alimentar Mais para o ano de 2014

ENERGIA/ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS/POLUIÇÃO DO AR/MOBILIDADE

DR 42 SÉRIE I de 2014-02-28
Decreto-Lei n.º 32/2014 - MAOTE
Estabelece disposições tendentes a assegurar adequadas condições de estabilidade tarifária no período inicial de implementação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional, procedendo ao diferimento, a título excecional, do ajustamento anual do montante da compensação referente a 2012 devido pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro
DR 46 SÉRIE I de 2014-03-06
Declaração de Retificação n.º 15/2014 – PCM - SG
Retifica a Portaria n.º 3-A/2014, de 7 de janeiro, que estabelece os procedimentos de repartição das receitas geradas pelos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa
DR 50 SÉRIE I de 2014-03-12
Portaria n.º 66/2014 - MAOTE
Define o sistema de avaliação dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE) e aprova as adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional
DR 54 SÉRIE I de 2014-03-18
Decreto-Lei n.º 41/2014 - ME
Transpõe a Diretiva n.º 2013/9/UE, da Comissão, de 11 de março, que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade
DR 70 SÉRIE I de 2014-04-09
Decreto-Lei n.º 55/2014 - MAOTE
Cria o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético
DR 78 SÉRIE I de 2014-04-22
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 10/2014/A – RAA - AL
Recomenda ao Governo Regional a aplicação de tarifas reduzidas no transporte de viaturas e passageiros e a manutenção da oferta existente nas ligações marítimas entre as ilhas do Grupo Central

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M – RAM - PG
Procede à classificação das Zonas de Proteção Especial da Região Autónoma da Madeira
DR 45 SÉRIE I de 2014-03-05
Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2014 - PCM
Cria o Conselho de Concertação Territorial
DR 48 SÉRIE I de 2014-03-10
Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2014 - PCM
Procede à segunda alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2008, de 24 de novembro, que aprova o Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional
Portaria n.º 62/2014 - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Coimbra
DR 49 SÉRIE I de 2014-03-11
Resolução da Assembleia da República n.º 20/2014 - AR
Recomenda ao Governo medidas de proteção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós
DR 53 SÉRIE I de 2014-03-17
Portaria n.º 70/2014 - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Ílhavo
Portaria n.º 71/2014 - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Miranda do Corvo
DR 54 SÉRIE I de 2014-03-18
Resolução da Assembleia da República n.º 26/2014 - AR
Recomenda ao Governo que, numa perspetiva de mitigação, estude a possibilidade do recurso a medidas de urgência para responder aos estragos que resultaram das intempéries que assolaram o País no início do ano, e que simultaneamente promova com celeridade a revisão da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira, numa ótica da prevenção e adaptação às dinâmicas do litoral do País
DR 58 SÉRIE I de 2014-03-24
Declaração de Retificação n.º 19/2014 – PCM - SG
Retifica o Decreto-Lei n.º 15/2014, de 23 de janeiro, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos
DR 69 SÉRIE I de 2014-04-08
Decreto-Lei n.º 53/2014 - MAOTE
Estabelece um regime excecional e temporário a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional
DR 71 SÉRIE I de 2014-04-10
Declaração de Retificação n.º 24/2014 – PCM - SG
Retifica o Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M, de 3 de março, que procede à classificação das Zonas de Proteção Especial da Região Autónoma da Madeira
R 72 SÉRIE I de 2014-04-11
Portaria n.º 84/2014 - MAOTEZ
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Estarreja
DR 75 SÉRIE I de 2014-04-16
Portaria n.º 86/2014 - MAOTE
Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Mangualde
DR 6 SÉRIE I de 2014-01-09
Portaria n.º 5/2014 - MAOTE
Aprova a alteração à delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Alcácer do Sal

RESÍDUOS

DR 56 SÉRIE I de 2014-03-20
Decreto-Lei n.º 45/2014 - MAOTE
Aprova o processo de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A.
DR 69 SÉRIE I de 2014-04-08
Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2014 - PCM
Aprova o caderno de encargos do concurso público de reprivatização da Empresa Geral do Fomento, S. A., previsto no Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março

SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

DR 54 SÉRIE I de 2014-03-18
Decreto-Lei n.º 42/2014 - MAOTE
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas

OUTROS

DR 38 SÉRIE I de 2014-02-24
Lei n.º 9/2014 - AR
Autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de ativos estratégicos essenciais para garantir a defesa e segurança nacional e a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de investigação às operações relativas a tais ativos
DR 46 SÉRIE I de 2014-03-06
Lei n.º 10/2014 - AR
Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
Lei n.º 12/2014 - AR
Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional
DR 47 SÉRIE I de 2014-03-07
Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014 - PCM
Aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020
DR 58 SÉRIE I de 2014-03-24
Decreto-Lei n.º 47/2014 - MAOTE
Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente
DR 70 SÉRIE I de 2014-04-09
Decreto-Lei n.º 54/2014 - MAOTE
Aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Decreto Regulamentar n.º 2/2014 - MAM
Aprova a orgânica do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura e do Mar
DR 73 SÉRIE I de 2014-04-14
Lei n.º 19/2014 - AR
Define as bases da política de ambiente
DR 77 SÉRIE I de 2014-04-21
Resolução da Assembleia da República n.º 33/2014 - AR
Disponibilização ao público dos documentos estruturantes sobre desenvolvimento sustentável

LEGENDA

AR – Assembleia da República
MAM – Ministério da Agricultura e do Mar
MAMAOT - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
MDN – Ministério da Defesa Nacional
ME – Ministério da Economia
MEC – Ministério da Educação e Ciência
MF – Ministério das Finanças
MFE – Ministério das Finanças e da Economia
MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS – Ministério da Saúde
MSESS - Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social
PCM – Presidência do Conselho de Ministros
PCM – SG - Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria Geral
PCM – CJ - Presidência do Conselho de Ministros - Centro Jurídico
RAA - AL - Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa
RAA - PG - Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo
RAA – SGAM – Região Autónoma dos Açores – Secretaria-geral do Ambiente e do Mar
RAM - AL – Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa
RAM - PG - Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Fonte: Diário da República Electrónico – Sumários (http://dre.pt/)

PROPOSTAS DIDÁTICAS

Alexandra Azevedo

OFICINA DAS ERVAS COMESTÍVEIS

Pela primeira vez realizou-se uma oficina das ervas comestíveis em Monsanto (Lisboa). Foi no domingo, dia 30 de Março. Dado o interesse que despertou não foi possível aceitar a inscrição de todas as pessoas que o solicitaram. Apesar das condições climatéricas com aguaceiros a actividade decorreu conforme o programa delineado que começou com uma saída de campo para identificação das ervas tendo os participantes ficado surpreendidos com a grande diversidade e quantidade de ervas comestíveis presentes.
Na sede da Quercus decorreu o restante programa que contemplou vários momentos como: cozinha ao vivo, almoço com propostas gastronómicas muito variadas para melhor se perceber as potencialidades da cozinha com este recurso natural que, claro, muito agradou os participantes, e terminou-se com um momento para esclarecimento de dúvidas, partilha de ideias e informações. Deu-se ainda a conhecer a Quercus, a Campanha pelas Sementes Livres, a campanha contra o uso de herbicidas em espaços públicos (lançada a 20 de Março) e a Plataforma Transgénicos Fora, pelo facto de serem formas para a promoção de uma alimentação mais natural e saudável.
O aspecto negativo mais apontado foi o mau tempo e os aspectos positivos destacados foram os conhecimentos adquiridos, o convívio e a comida! Perante o sucesso desta actividade já se está a planear a próxima que será para o ano pela mesma altura e que já tem a confirmação da participação da Fernanda Botelho, uma conhecida referência nacional no uso das plantas silvestres para fins alimentares e medicinais. Estejam atentos!

Alexandra Azevedo

Apresentação inicial

Alexandra Azevedo

Observando as ervas

ECO-RECEITA

A beterraba é um legume que é pouco apreciado por várias pessoas devido ao seu sabor a terra. Apresento duas propostas que têm a virtude de mascarar esse sabor, serem esteticamente muito apelativas além de muito nutritivas!

MAIONESE DE LINHAÇA E BETERRABA

Ingredientes
_3 colheres (sopa) de sementes linhaça
_9 colheres (sopa) de água morna
_sumo de 1/2 limão (ou vinagre de maçã)
_1 colher (sopa) mostarda caseira (opcional)
_sal q.b.
_1 dente de alho
_200 ml de óleo vegetal de sabor neutro (por exemplo de milho)
_50 ml de azeite
_água q.b.
_beterraba vermelha.

Alexandra Azevedo

Canapé de massa de choux e maionese de beterraba

Modo de preparação
Triturar as sementes de linhaça num moinho apropriado ou com uma varinha mágica (nesse caso tem de se colocar num copo alto). Juntar as colheres de água e esperar 2 minutos para que hidratem. Juntar o sumo de limão ou vinagre, a mostarda, o alho e o sal. Com as lâminas da varinha mágica em movimento juntar lentamente o óleo e o azeite. Pode-se adicionar um pouco de água de vez em quando para fluidificar a maionese e facilitar o trabalho com a varinha mágica. Terminado o processo adicionar uns pedacinhos de beterraba e triturar. Retificar temperos.

Sugestão
Servir em canapés. Embelezar com uns pedacinhos de beterraba no centro

SOPA DE BETERRABA E COENTROS

Ingredientes
_2,5L de água
_1 ou 2 cebolas
_1,5 Kg de batata
_1 ou 2 beterrabas vermelhas
_3 dentes de alho
_coentros
_azeite e sal

Alexandra Azevedo

Sopa de beterraba e coentros

Modo de preparação
Saltear no azeite as cebolas cortadas às rodelas ou em cubos, mas sem alourar. Adicionar a água, a batata, a beterraba e o alho descascados e cortados em pedaços. Adicionar alguns coentros. Deixar cozer 15 minutos e triturar. Temperar com sal a gosto e acrescentar coentros frescos picadinhos.

ROSTOS QUERCUS

Nome: Maria João Silva
Idade: 45
Função na Quercus: Processamento/preparação de todo o trabalho nos sectores de contabilidade, financeiro e de facturação.

Quando sentiste o primeiro apelo pelo ambiente?
Quando vim trabalhar para a Quercus e comecei a ter noção da realidade, a nível ambiental, em que nos encontramos. Do que podemos e devemos fazer para salvaguardar e manter todo o nosso património natural.

Como foi o teu primeiro contacto com a Quercus?
Molhado (risos). Chovia torrencialmente quando vim a Monsanto pela primeira vez. Uma amiga informou-me que a Quercus procurava alguém com conhecimentos de contabilidade para *part-time*. Como me encontrava desempregada e a frequentar alguns *workshops* de outras áreas, enviei o meu *curriculum* no mesmo dia. Pouco tempo depois recebo a chamada para me apresentar na sede da Associação. Sou entrevistada (no tal dia de chuva) e deve ter corrido bem pois, dias mais tarde, recebo o tão esperado email, confirmando-me como colaboradora desta equipa.

Há quanto tempo andas nisto?
Desde Fevereiro de 2010 que, definitivamente, abracei a causa. Foi nessa altura que passei a fazer parte desta associação e vi todo o trabalho que aqui era executado. A partir daí é difícil não querer andar nisto. Já por um ou outro momento que me deu vontade de largar a secretária por umas horas, que no meu caso é muito raro, e participar directamente nos projectos.

O que mais gostaste de fazer na Quercus até hoje?
Para além do meu trabalho, gosto da oportunidade de aprender todos os dias algo de novo sobre o que é absolutamente necessário para a nossa saúde e mesmo sobrevivência. Isso dá-me, também, a possibilidade/obrigação de partilhar toda a informação que vou adquirindo. Penso que, se todos soubéssemos um bocadinho mais que fosse, tudo se modificaria e teríamos uma melhor qualidade de vida a curto, médio e longo prazo.

E o que menos gostaste?
O que menos gosto é o atendimento ao público, uma vez que a minha área possibilita aos meus colegas fazerem livremente o seu trabalho para bem de toda a comunidade, mas não me habilita a informar, em estilo "enciclopédia" como gostaria, todos os que nos procuram acerca do ambiente.

Confessa, qual é o teu maior pecado ambiental?
É mesmo a duração dos duches. Por enquanto! Mas já estou muito melhor. E vou ficar "pró". Também não utilizo os transportes públicos. Desloco-me para vários sítios diariamente já depois do horário laboral e não o conseguiria fazer se não fosse de automóvel, ainda mais tendo outras pessoas dependentes de mim. No entanto sou rigorosa com o lixo e a reciclagem, cuido das plantas, planto árvores, limpo as praias, entre outros. Não sinto que isso seja uma compensação, antes pelo contrário, é um dever. Mas pelo menos não deixo degradar.

Quais os teus principais desejos ambientais para Portugal?
Há um legado para deixar, como tal é apenas um: Que a Quercus consiga mover o país inteiro a ser o exemplo ambiental em todas as frentes a nível mundial, fazendo jus à expressão "Um jardim à beira mar plantado".

PAGAMENTO DE QUOTAS

A Direcção Nacional apela a todos os associados para regularizarem o pagamento das quotas. Se quiser pagar por cheque aproveite o envelope rsf que lhe enviámos no final do ano com a informação sobre quotas em falta. Pode também pagar por vale postal.

Se preferir pagar por transferência bancária utilize a seguinte conta da CGD com o NIB: 0035 0239 0001 2649 6306 5 (neste caso informe-nos da data e montante transferido através dos contactos da gestão de sócios: 284 321326 ou 93 7788473 ou para o e-mail: gestaosocios@quercus.pt. O valor das quotas para 2014 é igual ao dos anos anteriores ou seja adulto €20; estudantes até aos 26 anos €13; jovens até aos 15 anos €8; colectivos €45; quota familiar €30.

NOVA MODALIDADE DE QUOTA: QUOTA FAMILIAR

Pode agora aderir à quota familiar se o desejar. A quota familiar destina-se ao agregado familiar e embora cada elemento mantenha um número de associado e os direitos estatutários inerentes, a quota é apenas uma e no valor único de €30 anual.

O agregado corresponde a um casal e filhos até aos 25 anos. A adesão a esta modalidade é facultativa e destina-se tanto a novos sócios como aos que já estão inscritos e que podem pedir para alterar a situação actual com efeito a partir da próxima quota a pagar. O envio deste jornal, bem como o recibo de quota será efectuado apenas ao titular do agregado que for designado para esse efeito.

DÉBITO DIRECTO

Agora tem mais vantagens ao aderir ao débito directo para pagamento das suas quotas. Ao aderir a esta modalidade damos-lhe desconto no valor das quotas. Assim para jovens a quota será de €7, estudante €11, adulto €18, colectivo €40 e familiar €27. Não se esqueça de informar a gestão de sócios sobre a adesão a esta forma de pagamento.
Para mais informações sobre estas e outras questões não hesite e contacte a Gestão de Sócios.

CAMPANHA "TRAZ UM AMIGO

Na Quercus queremos ser mais para que a nossa base de apoio se alargue e as nossas posições tenham mais influência na sociedade e para isso temos de contar consigo. Traga um familiar ou amigo para sócio da Quercus. Em troca receberá como oferta um guia de percursos pedestres editado pela nossa associação.

NOTÍCIAS COM A "NEWSLETTER" DA QUERCUS

Com o objetivo de proporcionar mais informação aos associados e simpatizantes da Quercus tem sido editado o "Boletim Quercus". Esta edição semanal está associada ao site da Quercus e é simples de subscrever, basta registar o endereço de e-mail em **www.quercus.pt**.

Imprima e envie para QUERCUS-ANCN - Gestão de Sócios - Apartado 230 * 7801-903 Beja

QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza
Gestão de Sócios

E-mail: gestaosocios@quercus.pt * Telf.: 284 321 326

Boletim de Admissão a Sócio

A preencher pela Quercus

Nº Sócio	Estatuto
Núcleo	**Data**

Nome:

Sexo (F/M):

Morada:

Localidade: C.P. __ __ __ __ - __ __ __

Concelho: Distrito: País:

Telefone: Fax: E-mail:

BI nº: Data Nasc: / / Nacionalidade:

Nº de Contribuinte: Profissão:

Data: Assinatura:

Quota anual:
Júniores (até 16 anos) - 8 Euros | Estudantes (até 25 anos) - 13 Euros | Adultos - 20 Euros | Familiar - 30 Euros | Colectivos - 45 Euros

Modo de Pagamento

☐ Numerário | Valor _____
☐ Cheque/Vale Postal* | Nº _____ Banco: _____ Valor: _____
☐ Transferência Bancária* | Data: _____ Valor: _____

A preencher pela Quercus

Recebido (Núcleo/CEA/etc.) **Receptor da Inscrição**

* Deve ser enviado juntamente com esta ficha o cheque/vale postal/comprovativo de transferência bancária.

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

MORADA:
Centro Associativo Bairro do Calhau,
Bairro do Calhau,
1500-045 Lisboa

TELEFONE: 217 788 474

FAX: 217 787 749

EMAIL QUERCUS AMBIENTE: jornal@quercus.pt

SITE QUERCUS: www.quercus.pt

DIRECTOR: Nuno Sequeira

DIRECÇÃO EDITORIAL: Cláudia Silva

MARKETING: Marcos Bartilotti

FOTÓGRAFO: Dário Cardador

GRAFISMO: Imarte

COLABORARAM NESTE NÚMERO: Adriana Floret; Alexandra Azevedo; Alexandrina Pipa; Álvaro Domingues; Américo Barbosa; Ana Cristina Costa; Ana Paula Amendoeira; Carla Graça; CIR; Cláudia Silva; Custódia Gonçalves; Direcção Nacional da Quercus; Filipa Alves; Graça Jalles; Joaquim Reis; José Janela; José Paulo Martins; Loja Quercus; Madalena Martins; Maria João Silva; Núcleo Regional do Algarve da Quercus; Núcleo Regional de Beja e Évora da Quercus; Núcleo Regional de Braga da Quercus; Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus; Núcleo Regional da Guarda da Quercus; Núcleo Regional de Lisboa da Quercus; Núcleo Regional de Portalegre da Quercus; Núcleo Regional do Porto da Quercus; Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura da Quercus; Nuno Forner; Nuno Sequeira; Paulo Lucas; Paulo Monteiro; Ricardo Marques; Quertoon Network; Rita Antunes; Samuel Infante; Sandra Vieira; Sara Campos; Susana Fonseca

FOTO CAPA: Adriana Floret

FOTOS: Adriana Floret; Alexandra Azevedo; Alexandrina Pipa; Álvaro Domingues; Américo Barbosa; Dário Cardador; David Afonso; Escola EB 2,3 Manuel de Figueiredo; Eurico Lança; Geo Cristian; Graça Jalles; Joaquim Reis; José Janela; José João Sá; José Luís Margarido; José Quezada; Junta de freguesia de Fátima; Lucília Oliveira; Madalena Ribeiro; Nélia Alfarrobinha; Nelson Lopes; Noémia Calado; Nuno Forner; Ourém Viva; Paulo Guerreiro; Paulo Rocha Monteiro; Ricardo Marques; Ricardo Nabais; Samuel Infante; Sandra Vieira; Sara Campos; Vanda Marques
AD – Autor Desconhecido

IMPRESSÃO: Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte SA

TIRAGEM: 10 000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL Nº: 200020/03

O conteúdo dos artigos constantes nesta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

MECENAS PRINCIPAL

REN Redes Energéticas Nacionais

MECENAS JORNAL

valorpneu

resitejo

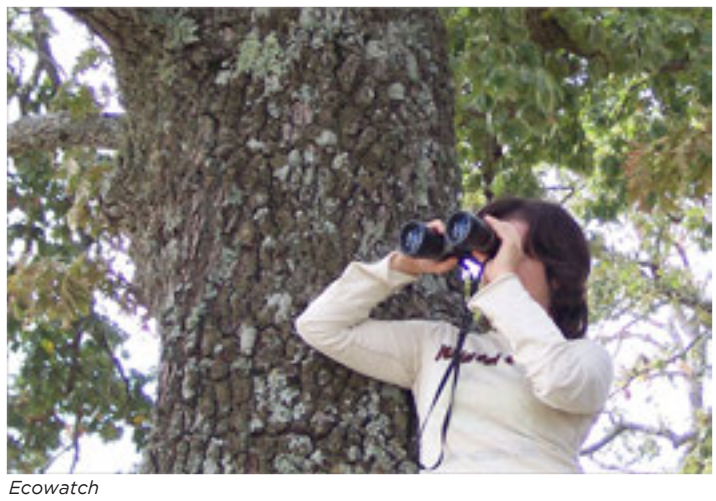
ECOWATCH
ACTIVISMO PELA DEFESA DO AMBIENTE

Madalena Martins

O movimento ambientalista é o catalisador de uma revolução em larga escala que visa substituir o antropocentrismo por uma nova visão na forma como a sociedade interage com o Planeta. Uma visão mais consciente de que somos todos um, e de que o planeta é um organismo vivo, do qual somos co-usufrutuários, que necessita ser cuidado e defendido.
Neste sentido, a formação e informação dos cidadãos é prioritária e decisiva, pois é necessário incutir nas sociedades humanas que: conservar a natureza é manter os recursos do planeta sem comprometer as gerações vindouras, e que para os problemas ambientais não há fronteiras.
A Quercus está a desenvolver o projecto "Ecowatch- Activismo pela defesa do ambiente" que está alicerçado em objectivos de melhoria da capacidade interventiva e organizacional da associação, reforçando a sua liderança e participação no movimento ambientalista, estreitando ainda mais a relação com os sócios e voluntários.
A implementação das acções propostas garantirá um reforço de influência ao nível das políticas públicas em matéria de ambiente, com implicações positivas no desenvolvimento sustentável do nosso país. A fase inicial do projecto consiste na operacionalização da QuercusTV e no desenvolvimento de uma plataforma on-line que permita melhorar a capacidade de resposta às denúncias ambientais e organizar a inscrição e participação de sócios e voluntários em actividades.
Este projecto conta com o apoio do programa "Cidadania Ativa" promovido pelo EEA Grants que é gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Dário Cardador

Formação Quercus TV


Sandra Vieira

Ecowatch

AÇÃO DE REFLORESTAÇÃO NA SERRA DO BUÇACO - - MARÇO 2014

Direcção Nacional

Fundação Luso e Quercus fazem ação de reflorestação da Serra do Buçaco com voluntários da SAL, da Quercus e da Vila do Luso

No âmbito do protocolo da Fundação Luso com a Quercus, que visa desenvolver diversas iniciativas de apoio e conservação da natureza e da biodiversidade na Serra do Buçaco, bem como proteger e valorizar o património hídrico e natural do Luso, onde nasce a Água de Luso, teve lugar no dia 14 de Março de 2014 uma ação de voluntariado de Colaboradores da Sociedade da Água de Luso (SAL), conjuntamente com voluntários da Quercus e da Junta de Freguesia do Luso, entre eles o seu presidente.
Esta ação, envolveu mais de 30 pessoas que dedicaram uma manhã à plantação na Serra do Buçaco de várias espécies autóctones, contribuindo assim para a reflorestação desta serra e para o futuro da preservação do património hídrico e natural do Luso. Os voluntários plantaram, no espaço de um hectare, 1000 árvores, entre as quais carvalho alvarinho, castanheiros, azereiros, medronheiros, loureiros, azevinhos e salgueiros.
Para Paulo Lucas, da Quercus "Esta Parceria com a Fundação Luso é um contributo muito importante para a preservação e sustentabilidade do Aquífero Mineral Natural Luso e para garantir a reabilitação do coberto vegetal autóctone original, o qual é fundamental para melhorar as condições de recarga e para impedir a propagação dos fogos florestais na Serra do Buçaco."

Noémia Calado

Um voluntário

Noémia Calado

Os voluntários

Noémia Calado

A plantação